



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



EDITAL REPUBLICADO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP N° 010/2026 FMS
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 011/2026 FMS

MODO DE DISPUTA ABERTO
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO
EXCLUSIVO ME/EPP
BENEFICIO EXCLUSIVIDADE LOCAL

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BRASIL NOVO, Fundo público da administração direta municipal, por intermédio da Secretaria de Administração e Finanças, inscrita no CNPJ n°. 11.283.607/0001-42 com sede à Trav. 28 de Abril n° 1175, Centro, CEP: 68.148-000, Brasil Novo (PA), representado pelo Secretário Municipal de Saúde, Sr. Elysson Leonarde Kloss, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO na forma ELETRÔNICA, para Registro de Preço, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, por meio do sítio eletrônico: www.licitanet.com.br, nos termos da Lei n° 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto n° 11.462, de 31 de março de 2023, do Decreto Federal n° 10.024, de 20 de setembro de 2019, da Lei Complementar n° 123/2006, Decreto Municipal n° 688/2024, Portaria 001/2026 GAB/SMS, Lei Municipal n° 311/2021 e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

DATA DE ABERTURA DA SESSÃO: 04/05/2026 – Horário: 09h00min (de Brasília)

As propostas poderão ser enviadas até a data e Horário limite da Abertura da Sessão.

Valor total Estimado: R\$ 240.882,78 (duzentos e quarenta mil, oitocentos e oitenta e dois reais e setenta e oito centavos).

LOCAL: <https://licitanet.com.br>

Pregoeira: Cleide Ferreira Chaves.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto desta licitação é o Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresas para fornecimento de uniformes e roupa hospitalar, sob demanda, incluindo a confecção, personalização e entrega dos itens, destinados ao atendimento das necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Brasil Novo/PA e de suas unidades vinculadas, conforme especificações, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, de acordo com os quantitativos estimados, conforme condições fixadas no termo de referência em anexo.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3. Havendo divergência entre as especificações deste objeto descritas no LICITANET e as



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



especificações constantes deste Edital, serão consideradas como válidas as do Edital, sendo estes a que os licitantes deverão se ater no momento da elaboração da proposta.

2. DOS SUPORTES LEGAIS

2.1. A presente licitação será realizada sob o Sistema de Registro de Preços (SRP), conforme o disposto no artigos 82 a 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e no Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023, que regulamenta o referido sistema no âmbito da Administração Pública Federal, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, as demais normas pertinentes.

2.2. O procedimento observará, ainda:

- a) As diretrizes estabelecidas pela Constituição Federal, especialmente o art. 37, inciso XXI, que trata dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;
- b) As disposições da Lei Complementar nº 123/2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, garantindo o tratamento diferenciado e favorecido a esses segmentos;
- c) A Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), no que couber;
- d) O Decreto Municipal nº 690/2024, que regulamenta o sistema de registro de preços, conforme a Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 no âmbito da Administração pública Municipal direta, autárquica e fundacional de Brasil Novo - PA;

2.3. Esta licitação foi regularmente autorizada pelo Ordenador de Despesas do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BRASIL NOVO-PA, conforme Termo de Autorização de Abertura de Procedimento licitatório anexo a este processo.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar do certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação que preencherem as condições de credenciamento constantes deste Edital.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Não poderão disputar esta licitação:

3.5.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



3.5.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.5.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.5.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.5.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.5.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.5.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.5.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

3.5.9. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.5.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.5.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. O impedimento de que trata o item 2.5.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.7. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.5.2 e 2.5.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

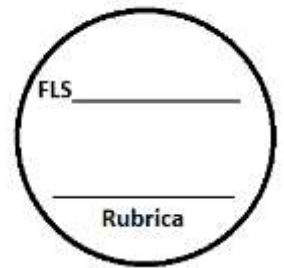
3.8. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.9. O disposto nos itens 2.5.2 e 2.5.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução

3.10. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.11. A vedação de que trata o item 2.5.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no item 7.1. deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos § 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6.1. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa,



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.11.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.12.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.12.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e total do item;



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



- 5.1.2. Marca;
- 5.1.3. Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo de 100% (cem por cento).
- 5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 5.2.1. O licitante [NÃO] poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.
- 5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.7.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.7.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 5.7.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 3.9.
- 5.8. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico através do site www.licitanet.com.br, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,01 (um) centavo**.
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.11. **Caso seja** adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**aberto**”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. **Caso seja** adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**aberto e fechado**”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



encerramento deste prazo.

6.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. **Caso seja** adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**fechado e aberto**”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas asempatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.21.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.21.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.21.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.21.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.21.2.2. Empresas brasileiras;

6.21.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



6.21.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.22.1. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo

6.22.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.22.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.22.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.5 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os item 3.6 deste edital.

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.6.1. Contiver vícios insanáveis;

7.6.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.6.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.6.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.6.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.7.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.7.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.10. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.12. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.13. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.14. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada por Tabelião, por servidor designado pela Administração Municipal, ou ainda por publicação em Órgão da Imprensa Oficial (perfeitamente legíveis), cabendo ainda a assinatura digital, **todos da matriz ou da filial da licitante**, exceto aqueles que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.6. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.7. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

8.8. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.10. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

8.12. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.13. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

8.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

9. DOS RECURSOS

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

9.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.3.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos

9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso,



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico: <https://brasilnovo.pa.gov.br/c/licitacoes/>

10. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

10.1. O objeto deste Pregão será adjudicado e homologado pelo(a) ordenador (a) de Despesa.

10.2. O objeto deste Pregão será adjudicado por grupo à(s) vencedora(s) do certame.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Depois de homologada a licitação, a licitante vencedora será convocada para assinar a Ata de Registro de Preço dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis de sua convocação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

11.2. Será exigida a assinatura eletrônica na Ata de Registro de Preço mediante uso da certificação digital, ICP Brasil, da pessoa jurídica E-CNPJ.

11.3. O ÓRGÃO poderá enviar por e-mail a Ata de Registro de Preço para assinatura da licitante, que deverá devolvê-lo assinado no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento.

11.4. Caso a licitante vencedora não compareça ou não assine a Ata de Registro de Preço no prazo estabelecido, fica o(a) Pregoeiro(a) autorizado a convocar outra licitante para assumir o objeto da licitação e, após negociação e verificação da adequação da proposta e das condições de habilitação, assinar o respectivo instrumento, obedecida a ordem de classificação.

11.5. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora, desde que motivadamente, durante o transcurso do prazo, sendo facultado ao ÓRGÃO deferir o pedido.

11.6. A Ata de Registro de Preços terá vigência de até 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, excepcionalmente, por igual período, mediante aditivo de vigência, desde que:

- a) haja justificativa devidamente fundamentada de interesse público e vantagem econômica;
- b) a prorrogação observe o limite máximo de 12 (doze) meses adicionais, conforme entendimento consolidado pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará (TCM-PA); e
- c) seja comprovada a manutenção da quantidade total originalmente registrada, não sendo admitida nova inclusão de itens ou aumento de quantitativos.

11.7. Será formalizada uma Ata de Registro de Preço para cada fornecedor, e conterá todas as condições, prazos e obrigações estabelecidas no edital.

11.8. A gestão da Ata de Registro de Preços será exercida por servidor designado no processo, que será responsável pelo gerenciamento da Ata de Registro de Preços resultante deste processo, a qual competirá o controle dos quantitativos, dos prazos e vencimentos.

11.9. O Sr. ELYSSON LEONARDE KLOSS, Secretário Municipal de Saúde de Brasil Novo - PA, e o responsável por autorizar e/ou denegar pedidos de adesão.

11.10. São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BRASIL NOVO-PA;

11.11. Os quantitativos destinados internamente para cada órgão participante seguem a oportunidade e conveniência da Administração Pública Municipal de Brasil Novo - PA.

12. REVISÃO, REAJUSTE E CANCELAMENTO DA ATA



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



12.1. Da Revisão dos Preços

12.1.1. Os preços registrados poderão ser revisados a qualquer tempo, para mais ou para menos, em decorrência de:

- a) Redução dos preços praticados no mercado;
- b) Fato superveniente que venha a alterar os custos dos itens registrados; ou
- c) Por iniciativa do fornecedor, desde que haja vantagem comprovada para a Administração.

25.1.2. A revisão será processada mediante solicitação formal, instruída com documentação comprobatória e pesquisa de preços atualizada, observando-se o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

12.1.3. Constatada a redução de preços de mercado, o fornecedor será convocado para reapresentar proposta compatível com o novo valor. Caso não concorde, poderá ser cancelado seu registro, sem prejuízo das sanções cabíveis, e convocado o fornecedor classificado em seguida.

12.2. Do Reajuste dos Preços

12.2.1. Os preços registrados poderão ser reajustados na forma prevista no edital e na ata, mediante aplicação do índice estabelecido ou com base em planilha de custos devidamente justificada, após o decorrido o prazo mínimo de 12 (doze) meses da data da apresentação da proposta, conforme art. 134 da Lei nº 14.133/2021.

12.2.2. O reajuste somente será concedido se houver prévia previsão no edital e observância das condições contratuais e legais.

12.2.3. Quando a ata for prorrogada por aditivo de vigência, o reajuste poderá ser aplicado sobre os valores registrados, observando-se o índice e a periodicidade definidos originalmente.

12.3. Do Cancelamento da Ata ou do Registro do Fornecedor

12.3.1. O registro do fornecedor poderá ser cancelado nas seguintes hipóteses:

- a) Descumprimento das condições da Ata ou das obrigações assumidas;
- b) Recusa injustificada em retirar a nota de empenho ou assinar contrato decorrente da Ata;
- c) Pedido formal do fornecedor, desde que aceito pelo órgão gerenciador;
- d) Aplicação de penalidade prevista nos incisos III ou IV do art. 156 da Lei nº 14.133/2021;
- e) Não aceitação de redução de preços decorrente de revisão de mercado; ou
- f) Extinção da pessoa jurídica, falência, dissolução ou incapacidade legal.

25.3.2. O cancelamento será formalizado por ato administrativo devidamente motivado, assegurados o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor, nos termos do art. 156, §3º, da Lei nº 14.133/2021.

25.3.3. O cancelamento do registro não impedirá a abertura de nova licitação para os mesmos itens, se necessário ao atendimento do interesse público.

25.3.4. O fornecedor que tiver seu registro cancelado poderá sofrer as sanções administrativas cabíveis, inclusive impedimento de licitar e contratar com a Administração, conforme previsto nos arts. 155 a 158 da Lei nº 14.133/2021.

12.4. Da Alteração ou Revogação da Ata

12.4.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser revogada ou alterada, no todo ou em parte, por motivo de interesse público devidamente justificado, conforme o art. 71 da Lei nº 14.133/2021.

12.4.2. É vedada a inclusão de novos itens ou aumento de quantitativos durante a vigência da Ata, admitindo-se apenas a prorrogação do prazo de vigência, observando o limite máximo de 12 (doze) meses adicionais, com o saldo integral, conforme o entendimento consolidado pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Estado



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



do Pará (TCM-PA).

13. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, órgãos ou entidades da Administração Pública que não tenham participado do processo licitatório poderão aderir à Ata, na condição de órgãos não participantes, conforme o disposto nos arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021 e art. 32 do Decreto Federal nº 11.462/2023.

13.2. A adesão (“carona”) estará condicionada à vantajosidade da contratação, devendo o órgão ou entidade não participante comprovar que:

- a) Os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado;
- b) A adesão resultará em benefício econômico e eficiência administrativa;
- c) Há justificativa técnica para a utilização da Ata, devidamente fundamentada no processo administrativo próprio.

13.3. A autorização para adesão deverá observar as seguintes etapas:

- a) Solicitação formal do órgão ou entidade interessada, contendo justificativa e planilha de quantitativos;
- b) Anuência do fornecedor registrado, quanto à disponibilidade de fornecimento nas mesmas condições;
- c) Autorização expressa do órgão gerenciador, que avaliará a viabilidade e o impacto sobre o saldo da Ata.

13.4. Após a autorização, o órgão não participante deverá efetivar a contratação em até 90 (noventa) dias, contados da data da autorização, observada a vigência da Ata. O prazo poderá ser prorrogado, excepcionalmente, por justificativa fundamentada, dentro do período de validade da Ata.

13.5. O quantitativo máximo a ser adquirido por adesão deverá observar os seguintes limites:

- a) Cada órgão ou entidade não participante poderá contratar até 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos de cada item registrado para o órgão gerenciador e participantes;
- b) O total de adesões não poderá ultrapassar o dobro (100%) do quantitativo de cada item registrado, independentemente do número de órgãos não participantes;
- c) No caso de adesão por órgãos da Administração Pública Federal, aplicar-se-á o limite previsto no art. 32, §2º, do Decreto Federal nº 11.462/2023, de até 100% por órgão e até o quádruplo do quantitativo registrado, considerando o conjunto de adesões.

13.6. O órgão ou entidade não participante será responsável pela execução, fiscalização e gestão dos contratos decorrentes da adesão, incluindo o acompanhamento de entregas, pagamentos e aplicação de sanções administrativas, comunicando ao órgão gerenciador eventuais ocorrências relevantes.

13.7. A adesão à Ata não gera direito adquirido ao órgão não participante, podendo ser negada ou limitada pelo órgão gerenciador quando houver risco de comprometimento do atendimento às demandas dos participantes originais.

13.8. É vedada a adesão:

- a) Quando a Ata estiver vencida ou em fase de encerramento;
- b) Quando o objeto da adesão não for compatível com as condições originalmente registradas;

14. DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

14.1. A fiscalização do contrato decorrente da Ata de Registro de Preços será exercida pelo órgão ou entidade gerenciadora, com o objetivo de garantir o cumprimento integral das obrigações contratuais, a conformidade com as especificações técnicas e a efetividade do fornecimento.

14.2. Compete ao responsável pela fiscalização:

- a) Acompanhar a execução do objeto do contrato, verificando a regularidade do fornecimento de bens, obras ou serviços;
- b) Conferir a quantidade, qualidade e especificações dos itens fornecidos ou serviços prestados;
- c) Elaborar relatórios periódicos de acompanhamento, registrando ocorrências, irregularidades e providências



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



adotadas;

- d) Solicitar ao fornecedor a regularização de falhas, atrasos ou inadequações, fixando prazos para cumprimento;
- e) Aplicar medidas corretivas e, se necessário, propor sanções administrativas, nos termos da legislação vigente;
- f) Garantir o registro detalhado de todas as ocorrências relativas à execução contratual, assegurando a rastreabilidade e transparência do processo.

14.3. O acompanhamento será realizado de forma contínua, podendo incluir:

- a) Vistoria presencial ou remota dos bens, equipamentos ou serviços;
- b) Conferência de notas fiscais, ordens de fornecimento ou ordens de serviço;
- c) Auditorias técnicas e administrativas periódicas;
- d) Solicitação de documentação comprobatória do cumprimento das obrigações contratuais.

14.4. O responsável pela fiscalização deverá comunicar imediatamente à autoridade competente qualquer irregularidade ou descumprimento contratual, propondo as medidas necessárias para correção e preservação do interesse público.

14.5. Fica vedada a transferência das responsabilidades de fiscalização, acompanhamento e controle para terceiros que não possuam competência formal delegada pela Administração Pública.

14.6. Todos os atos de fiscalização, notificações, recomendações e comunicações deverão ser registrados formalmente, garantindo transparência, rastreabilidade e segurança jurídica para eventual tomada de decisão ou aplicação de sanções.

15. DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

15.1. A execução do contrato decorrente da Ata de Registro de Preços deverá observar rigorosamente as cláusulas contratuais, as especificações técnicas do objeto e as normas legais vigentes, garantindo a entrega de bens ou a prestação de serviços em conformidade com os padrões de qualidade exigidos.

15.2. Compete ao fornecedor:

- a) Cumprir integralmente as obrigações assumidas, atendendo aos prazos, quantidades e especificações definidas no contrato e na Ata de Registro de Preços;
- b) Manter os padrões de qualidade e segurança, de acordo com normas técnicas aplicáveis;
- c) Fornecer informações e documentação sempre que solicitado pelo órgão ou entidade gerenciadora;
- d) Substituir ou corrigir, sem ônus adicional à Administração, bens ou serviços que apresentem defeitos ou não atendam às especificações;
- e) Comunicar imediatamente qualquer fato que possa comprometer o cumprimento do contrato.

15.3. Compete ao órgão ou entidade gerenciadora:

- a) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, garantindo o cumprimento das obrigações assumidas pelo fornecedor;
- b) Emitir relatórios periódicos de execução, registrando eventuais falhas, atrasos ou irregularidades;
- c) Determinar medidas corretivas, aplicando sanções quando necessário, nos termos do contrato e da legislação vigente;
- d) Autorizar pagamentos e liberações de valores somente após a comprovação da conformidade dos bens



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



ou serviços fornecidos.

15.4. A execução do contrato deverá respeitar o planejamento orçamentário e financeiro da Administração, considerando a disponibilidade de créditos e o planejamento plurianual, quando aplicável, conforme art. 65 da Lei nº 14.133/2021.

15.5. A Administração poderá realizar ajustes operacionais e técnicos no decorrer da execução do contrato, mediante termo aditivo, desde que não haja alteração da natureza essencial do objeto, respeitando os limites legais e os princípios da vantajosidade e eficiência.

15.6. A execução deverá ser registrada e documentada de forma formal, precisa e transparente, garantindo a rastreabilidade de todas as atividades, fornecimentos, pagamentos e eventuais ocorrências relacionadas à prestação do serviço ou fornecimento de bens.

16. DA VIGÊNCIA, PRORROGAÇÃO, AUMENTO OU SUPRESSÃO

16.1. O contrato decorrente da Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, mediante anuência expressa do fornecedor, desde que comprovada a vantajosidade e compatibilidade de preços com o mercado, conforme art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

16.2. A Administração poderá realizar alterações quantitativas do objeto durante a vigência do contrato, respeitando os limites legais:

- a) Acréscimo de até 25% do valor inicial do contrato;
- b) Supressão de até 25% do valor inicial do contrato;
- c) Em casos específicos previstos em lei, acréscimos de até 50% do valor inicial podem ser autorizados, mediante justificativa técnica e aprovação da autoridade competente.

16.3. Qualquer aumento ou supressão deverá ser formalizado através de termo aditivo, garantindo o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, quando aplicável.

17. DA RESCISÃO

17.1. O contrato poderá ser rescindido unilateralmente pela Administração ou por acordo entre as partes, nas seguintes hipóteses:

- a) Descumprimento de cláusulas contratuais pelo fornecedor;
- b) Interesse público devidamente justificado;
- c) Caso fortuito ou força maior que impossibilite a execução do contrato;
- d) Falência, recuperação judicial ou extrajudicial do fornecedor.

17.2. A rescisão será formalizada por ato administrativo motivado, assegurado ao fornecedor o direito ao contraditório e ampla defesa quando couber.

17.3. Em caso de rescisão motivada pelo fornecedor, este deverá garantir a continuidade do fornecimento até a regular transição ou substituição, evitando prejuízo à Administração.

18. DA ASSINATURA DO CONTRATO

18.1. Será exigida a assinatura eletrônica do contrato mediante uso da certificação digital ICP Brasil da pessoa jurídica E-CNPJ.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



18.2. O ÓRGÃO poderá enviar por e-mail ou fisicamente o contrato para assinatura da licitante, que deverá devolvê-lo assinado no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento.

18.3. Caso a licitante não compareça ou assine o contrato no prazo estabelecido, fica o(a) Pregoeiro(a) autorizado a convocar outra licitante para assumir o objeto da licitação e, após negociação e verificação da adequação da proposta e das condições de habilitação, assinar o respectivo contrato, obedecida a ordem de classificação.

18.4. Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á se a licitante vencedora mantém as condições de habilitação.

19. MÉTODOS E ESTRATÉGIAS

19.1. Para assegurar a eficiência, economicidade e vantajosidade das contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços, a Administração adotará métodos e estratégias de planejamento, execução e controle compatíveis com as diretrizes estabelecidas na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Federal nº 11.462/2023, bem como com as boas práticas de governança aplicáveis às contratações públicas.

19.2. O planejamento do Sistema de Registro de Preços será realizado de forma centralizada, estratégica e orientada por critérios técnicos, visando:

- a) racionalizar as aquisições e evitar contratações fragmentadas ou desnecessárias;
- b) promover ganho de escala decorrente da aquisição conjunta dos materiais;
- c) assegurar maior previsibilidade e transparência na formação dos preços;
- d) otimizar a gestão de estoques e reduzir custos administrativos, logísticos e operacionais para a Administração Pública.

19.3. O fornecimento regular dos materiais de expediente, suprimentos e equipamentos de informática, bem como dos materiais pedagógicos e terapêuticos, permitirá o adequado funcionamento das atividades administrativas e assistenciais desenvolvidas pelo Fundo Municipal de Saúde de Brasil Novo/PA e por suas unidades vinculadas, garantindo suporte às rotinas institucionais e às ações de atenção à saúde.

19.4. Entre os principais resultados esperados com a presente contratação, destacam-se:

- a) a continuidade das atividades administrativas e assistenciais da rede municipal de saúde, evitando desabastecimento de insumos essenciais ao funcionamento das unidades de saúde;
- b) a melhoria da capacidade operacional dos setores administrativos e técnicos da Secretaria Municipal de Saúde, mediante a disponibilização de materiais e equipamentos adequados ao desenvolvimento das rotinas institucionais;
- c) o fortalecimento das ações multiprofissionais de atenção à saúde, especialmente no atendimento ao público infantil, por meio da utilização de materiais pedagógicos e terapêuticos destinados ao estímulo cognitivo, psicomotor e sensorial;
- d) o adequado funcionamento dos sistemas de informação em saúde, assegurado pela disponibilidade de suprimentos e equipamentos de informática necessários ao registro, processamento e gestão das informações assistenciais e administrativas;
- e) maior eficiência administrativa e racionalização dos recursos públicos, decorrentes do planejamento antecipado das aquisições e da utilização do Sistema de Registro de Preços, evitando contratações emergenciais ou aquisições desnecessárias;



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



f) fortalecimento da gestão pública municipal, mediante a adoção de práticas de planejamento, controle e monitoramento das contratações, em conformidade com os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, transparência e interesse público.

19.5. Em síntese, a contratação contribuirá para o fortalecimento da capacidade administrativa e assistencial da rede municipal de saúde, assegurando melhores condições de funcionamento das unidades de saúde e proporcionando suporte adequado às atividades institucionais desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Saúde de Brasil Novo/PA, em consonância com os objetivos das políticas públicas de saúde e com os princípios que regem a Administração Pública.

20. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

20.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

a) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

b) Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver proposta em especial quando:

- b.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- b.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- b.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- b.4. Deixar de apresentar amostra, quando for o caso;

c) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

c.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

d) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

e) Fraudar a licitação;

f) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- f.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- f.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- f.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

g) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

20.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- a. Advertência;
- b. Multa;
- c. Impedimento de licitar e contratar;

d. determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos que aplicou a penalidade.

20.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

20.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

20.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

20.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

20.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

20.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

20.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

20.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

20.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

20.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

20.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

20.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

20.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

20.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

20.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

20.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

20.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

20.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

20.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

21. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

21.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei n.º 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

21.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à datada abertura do certame.

21.4. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser dirigidos ao Pregoeiro e protocolados junto ao protocolo geral da Prefeitura Municipal de Brasil Novo, em dias úteis, no horário de expediente, ou de forma eletrônica através do e-mail licitacaoofmsbn@gmail.com o qual deverá receber, examinar e decidir.

21.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

21.5.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

21.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, desde que a alteração editalícia configure modificação nos valores do objeto licitado, caso contrário é desnecessário prolongamento do prazo.

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

22.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

22.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

22.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

22.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

22.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

22.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

22.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



interesse público.

22.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

22.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://brasilnovo.pa.gov.br/c/licitacoes/>.

23. DAS PENALIDADES

23.1. O fornecedor estará sujeito às penalidades administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das medidas acauteladoras e da responsabilização civil e criminal, podendo incluir:

- 23.1.1. Advertência;
- 23.1.2. Multa proporcional ao valor do contrato;
- 23.1.3. Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração;
- 23.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

23.2. A aplicação das penalidades será precedida de apuração formal, assegurado o contraditório e ampla defesa.

23.3. O valor das multas será descontado de pagamentos devidos ao fornecedor ou cobrado judicialmente, quando necessário.

24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1. O fornecedor declara estar ciente de todas as cláusulas e condições estabelecidas neste Termo de Referência, Ata de Registro de Preços e contrato, comprometendo-se a cumpri-las integralmente.

24.2. Qualquer alteração neste instrumento somente terá validade se formalizada através de termo aditivo assinado pelas partes, respeitando os limites legais e as normas aplicáveis.

24.3. Os casos omissos ou situações não previstas neste instrumento serão resolvidos pela Administração, com base na legislação vigente, nos princípios da legalidade, economicidade, eficiência e continuidade do serviço público.

25. INTEGRAM ESTE EDITAL OS SEGUINTE ANEXOS:

- 25.1. Anexo I - Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar apêndice do anexo I;
- 25.2. Anexo II – Modelo de Apresentação de Proposta;
- 25.3. Anexo III - Modelo de Declaração Conjunta;
- 25.4. Anexo IV- Modelo de Declaração de Enquadramento ME/EPP/MEI;
- 25.5. Anexo V - Modelo de Declaração Anticorrupção;
- 25.6. Anexo VI - Modelo de Declaração de Reserva de cargos para pessoas com deficiência;
- 25.7. Anexo VII – Minuta de Ata de Registro de Preço;
- 25.8. Anexo VIII - Minuta de Contrato Administrativo;

26. DO FORO



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



26.1. Para dirimir qualquer controvérsia decorrente da realização do presente Pregão que não possa ser resolvida administrativamente, fica eleito o foro da comarca de Brasil Novo/PA, com exclusão de qualquer outro.

Brasil Novo/PA, 16 de abril de 2026.

ELYSSON LEONARDE KLOSS

Secretário Municipal de Saúde

Decreto nº 005/2025



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 011/2026 FMS

1.CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresas para fornecimento de uniformes e roupa hospitalar, sob demanda, incluindo a confecção, personalização e entrega dos itens, destinados ao atendimento das necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Brasil Novo/PA e de suas unidades vinculadas, conforme especificações, quantitativos estimados e condições estabelecidas neste instrumento.

1.2. A presente contratação tem por finalidade assegurar a padronização visual, a adequada identificação funcional dos profissionais, bem como garantir condições ideais de higiene, segurança e organização nos ambientes de atendimento da rede municipal de saúde.

1.3. Os bens objeto desta contratação são classificados como bens comuns, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, por possuírem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos.

1.4. Os itens não se enquadram como bens de luxo, conforme disposto no Decreto Federal nº 10.818/2021, tratando-se de materiais indispensáveis à execução dos serviços públicos de saúde.

1.5. A contratação será realizada na modalidade Pregão Eletrônico, com adoção do Sistema de Registro de Preços, do tipo menor preço por item, em conformidade com a legislação vigente.

1.6. O agrupamento dos itens em um único procedimento licitatório justifica-se pela similaridade de natureza, finalidade e logística de fornecimento, promovendo maior eficiência administrativa, economicidade e racionalização dos procedimentos.

1.7. Ressalta-se que o certame adotará o critério de julgamento pelo menor preço por item, garantindo ampla competitividade e permitindo a participação de fornecedores especializados em cada segmento, não havendo restrição à participação de interessados.

1.8. Dessa forma, o modelo adotado atende aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento e interesse público, previstos na Lei nº 14.133/2021.

1.9. Os quantitativos estimados encontram-se discriminados na tabela abaixo:



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



Item	Descrição	Und.	Quant.	Valor Unitario Estimado	Valor Total Estimado
1	Capote Com Mangas, Em Tecido Brim 100% Algodão, Cor diversos, Para Centro Cirúrgico, Tamanhos: M E G.	Und.	200	R\$ 70,50	R\$ 14.100,00
2	Bata De Tecido Popeline Para Paciente Adulto- Tam: Tamanho P Pp, P, M, G, Gg E Xg Cores: Diversas	Und.	500	R\$ 33,84	R\$ 16.920,00
3	LENÇOL HOSPITALAR COM ELASTICO, ORES VARIADOS.	Und.	1500	R\$ 32,00	R\$ 48.000,00
4	Boné Modelo Americano Confeccionado Em Brim, 100% Algodão, De Primeira Linha.	Und.	300	R\$ 22,32	R\$ 6.696,00
5	Bolsa- Unissex Preferencialmente Cor Preta, Com Zíper, Bolso Interno E Divisória Para Nootbook - Composição Do Tecido: Material Em Lona 100% Algodão Natural Preto, Com Alça Ajustável; Tipo De Uso Ombro E Transversal; Medidas Aproximadas: 12Cmx39cmx29cm	Und.	180	R\$ 80,80	R\$ 14.544,00
6	Camiseta manga curta gola polo, confeccionada no tecido DRY ESPORTIVO sendo sua composição 100% POLIESTER, estampa em sublimação total. Tamanhos variáveis de PP a XXG	Und.	800	R\$ 33,07	R\$ 26.456,00
7	Camisa Uniforme Camisa Malha Piquet Gola Polo, Bordada, Manga Curta Cor A Definir Com A Logo Da Prefeitura Ou Da Secretaria	Und.	800	R\$ 48,07	R\$ 38.456,00



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



	Solicitante, tamanho a definir.				
8	Colete Confeccionado Em Tecido De Brim, 100 % Algodão, Decote Em V, Fechamento Com Zíper, Dois Bolsos Inferiores E Dois Bolsos Superiores Com Lapela, Com Opção De Cós Ou Elástico, Com As Logomarcas Dentro Das Normas Do Município,	Und.	100	R\$ 91,73	R\$ 9.173,00
9	Chapéu modelo pescador, em tecido rip stop com ajuste no queixo e proteção para pescoço com 2 impressões.	Und.	100	R\$ 35,79	R\$ 3.579,00
10	Kit Lençol para Berço Pediátrico (fronha 70 x 50 cm + lençol de elástico 240 x 120 cm); material 100% algodão Percal 200 fios , cor estampado infantil unissex e Arte a Escolher; Timbre Gravado.	Und.	150	R\$ 37,63	R\$ 5.644,50
11	Kit lençol para berço pediátrico (fronha 0,50X0,70+ lençol de elástico 180 x 100 cm); material 100% algodão Percal 200 fios, cor estampado infantil unissex, arte a escolher, com timbre.	Und.	150	R\$ 37,63	R\$ 5.644,50
12	Bota Coturno Samu (Par), Cano Médio, Confeccionada Em Couro Bovino Hidrofugado, Com Personalização Samu 192, Fixado Nos Dois Pés Lado Externo, Refletores De Segurança Fixados Na Parte Traseira E Nas Laterais Superiores, tamanho de acordo com o	Und.	18	R\$ 570,46	R\$ 10.268,28



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



	solicitado.				
13	Macação Samu Tecido Rip Stop (67% Fibra De Poliéster E 33% De Fibra De Algodão). Cor Azul Escuro, Resistente Ao Uso E Lavagens. Tecido Com Proteção Uv. Frente: Abertura Frontal. Zíperes Grossos E Plásticos Na Cor Do Tecido.	Und.	18	R\$ 466,75	R\$ 8.401,50
14	Camisa Com Proteção Solar Manga Longa Uv, Tamanhos Adultos P, M, G E Gg. Artes Variadas. Impressão 4X4, Impressão No Ombro.	Und.	500	R\$ 66,00	R\$ 33.000,00
Valor Global Estimado:					R\$ 240.882,78

Valor Global Estimado: R\$ 240.882,78 (duzentos e quarenta mil, oitocentos e oitenta e dois reais e setenta e oito centavos).

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação encontra-se devidamente fundamentada no Estudo Técnico Preliminar – ETP, integrante dos autos do Processo Administrativo nº 011/2026 – FMS, instrumento que demonstrou, de forma técnica, analítica e devidamente motivada, a necessidade, adequação e viabilidade da contratação pretendida, bem como a pertinência da adoção do Sistema de Registro de Preços, em estrita observância aos princípios e diretrizes estabelecidos na Lei nº 14.133/2021.

A demanda ora apresentada decorre da necessidade institucional de assegurar o fornecimento contínuo, regular e eficiente de uniformes profissionais e roupa hospitalar, itens indispensáveis ao adequado funcionamento das atividades administrativas, operacionais, assistenciais e de apoio desenvolvidas pelo Fundo Municipal de Saúde de Brasil Novo/PA e por suas unidades vinculadas.

No contexto da organização dos serviços públicos de saúde, os uniformes desempenham papel estratégico na padronização visual dos profissionais, na identificação funcional, no fortalecimento da identidade institucional e na promoção da imagem organizacional da Administração Pública, contribuindo, ainda, para a melhoria da comunicação com os usuários e para o ordenamento dos fluxos internos das unidades de atendimento.

Sob o aspecto sanitário e assistencial, a utilização adequada de uniformes e de roupa hospitalar constitui medida essencial para a manutenção das condições de higiene, biossegurança e controle de



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



infecções, sendo elemento diretamente relacionado à qualidade dos serviços prestados e à segurança dos profissionais e pacientes.

A rouparia hospitalar, por sua vez, integra o conjunto de insumos necessários à prestação de serviços de saúde, sendo amplamente utilizada em atendimentos ambulatoriais, procedimentos clínicos, internações e demais atividades correlatas, configurando-se como recurso indispensável ao suporte das ações assistenciais desenvolvidas no âmbito da rede municipal de saúde.

Ressalta-se que tais itens possuem natureza de consumo contínuo, estando sujeitos ao desgaste decorrente do uso frequente, das sucessivas lavagens e das condições específicas do ambiente hospitalar, o que impõe a necessidade de reposição periódica e planejamento adequado das aquisições.

Ademais, a inexistência ou insuficiência desses materiais pode comprometer diretamente a regularidade dos serviços, a organização das unidades de saúde e a segurança dos procedimentos realizados, configurando risco à continuidade e à qualidade da prestação do serviço público.

Nesse contexto, a adoção do Sistema de Registro de Preços – SRP apresenta-se como a solução administrativa mais eficiente e adequada, tendo em vista a natureza contínua e variável da demanda, permitindo à Administração realizar aquisições de forma parcelada, conforme a necessidade, assegurando maior flexibilidade na gestão dos recursos públicos, otimização dos estoques, redução de desperdícios e ampliação da competitividade.

Destaca-se, ainda, que os itens objeto da contratação são amplamente disponíveis no mercado, com especificações padronizadas e múltiplos fornecedores aptos a atender a demanda, o que evidencia a viabilidade técnica da contratação e a possibilidade de realização de procedimento licitatório competitivo.

Por fim, a presente contratação encontra-se plenamente alinhada aos princípios do planejamento, eficiência, economicidade, razoabilidade, continuidade do serviço público e supremacia do interesse público, constituindo medida administrativa necessária e imprescindível para assegurar a adequada prestação dos serviços de saúde à população do Município de Brasil Novo/PA.

2.9. Destinação às Empresas Locais

2.9.1. Considerando a existência, no âmbito do Município de Brasil Novo/PA, de número suficiente de empresas do ramo de confecção, malharia e fornecimento de uniformes e rouparia hospitalar, aptas a atender às exigências técnicas e operacionais do objeto da presente contratação, a Administração Pública Municipal adotará medidas voltadas ao incentivo à participação de microempresas e empresas de pequeno porte sediadas no município, em consonância com as diretrizes de desenvolvimento econômico local.

2.9.2. A presente contratação observará o disposto na Lei Complementar nº 123/2006, especialmente no que se refere ao tratamento diferenciado, favorecido e simplificado às microempresas e empresas



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



de pequeno porte, bem como a legislação municipal aplicável, notadamente a Lei Municipal nº 311/2021.

2.9.3. A medida aplica-se aos itens cujos valores estimados não ultrapassem o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) por item, em conformidade com os artigos 4º e 5º da Lei Municipal nº 311/2021, combinados com os artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, assegurando tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte sediadas no município.

2.9.4. A adoção de tal diretriz tem por finalidade:

- I – Fomentar o desenvolvimento econômico e social local;
- II – Incentivar a geração de emprego e renda no âmbito do município;
- III – Fortalecer o comércio e a indústria municipal;
- IV – Reduzir custos logísticos e prazos de entrega;
- V – Promover maior eficiência na execução contratual.

2.9.5. Ressalta-se que a aplicação do tratamento favorecido será realizada em estrita observância aos princípios da legalidade, isonomia, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa, não podendo implicar em restrição indevida à ampla concorrência ou direcionamento do certame.

2.9.6. Dessa forma, a destinação preferencial às empresas locais configura medida legítima de política pública, devidamente fundamentada na legislação vigente, aplicada de forma motivada, proporcional e alinhada ao interesse público, promovendo o desenvolvimento econômico sustentável no âmbito municipal.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A solução adotada consiste na realização de procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, com adoção do Sistema de Registro de Preços, visando à futura e eventual contratação de empresa especializada para o fornecimento de uniformes e roupa hospitalar, incluindo a confecção, personalização e entrega dos itens descritos neste Termo de Referência.

3.2. A escolha do modelo de contratação fundamenta-se na natureza contínua e variável da demanda, permitindo à Administração realizar aquisições de forma parcelada, conforme sua real necessidade, assegurando maior eficiência na gestão dos recursos públicos, racionalização de estoques e redução de desperdícios.

3.3. A solução proposta apresenta-se como a alternativa mais adequada sob os aspectos técnico, operacional e econômico, uma vez que os itens demandados são amplamente disponíveis no mercado, possuem especificações padronizadas e contam com diversos fornecedores aptos à sua execução, garantindo competitividade ao certame.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



3.4. Ademais, o modelo adotado possibilita maior flexibilidade administrativa, evitando aquisições desnecessárias, otimizando a logística de distribuição e assegurando o abastecimento contínuo das unidades de saúde.

3.1 Descrição da Solução

A solução contempla a contratação de empresa(s) especializada(s) para o fornecimento de uniformes profissionais e roupa hospitalar, compreendendo todas as etapas necessárias à plena execução do objeto, incluindo:

I – A confecção dos itens, conforme especificações técnicas, tamanhos e padrões definidos pela Administração;

II – A personalização dos produtos, mediante aplicação de logomarcas institucionais, por meio de bordado, silk screen, sublimação ou técnica equivalente;

III – O fornecimento parcelado, de acordo com as demandas do Fundo Municipal de Saúde, durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

IV – A embalagem adequada dos produtos, de modo a preservar sua integridade durante o transporte e armazenamento;

V – O transporte, carga, descarga e entrega dos itens nos locais indicados pela Administração, sem ônus adicional;

VI – A substituição de itens em desconformidade, quando constatados defeitos, vícios ou divergência em relação às especificações estabelecidas.

O modelo adotado prevê o registro de preços por item, com julgamento pelo menor preço, assegurando ampla competitividade e possibilitando à Administração a contratação dos fornecedores que apresentarem as propostas mais vantajosas.

A execução contratual será realizada sob regime de fornecimento sob demanda, não obrigando a Administração à aquisição integral dos quantitativos estimados, os quais constituem mera expectativa de consumo.

Dessa forma, a solução proposta visa garantir a eficiência, economicidade, flexibilidade e continuidade do atendimento das necessidades institucionais, assegurando a adequada prestação dos serviços públicos de saúde.

3.2 Ciclo de Vida do Objeto

Considerando que os itens objeto da presente contratação são classificados como bens de consumo, o ciclo de vida do objeto deve ser analisado de forma sistêmica e integrada, abrangendo todas as etapas desde o planejamento da contratação até a destinação final dos produtos, com vistas à



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



promoção da eficiência administrativa, economicidade dos recursos públicos e observância das diretrizes de sustentabilidade.

Nesse contexto, o ciclo de vida dos uniformes e da rouparia hospitalar compreende as seguintes fases:

I – Planejamento e definição da demanda

Etapa inicial que envolve a identificação da necessidade administrativa, o levantamento das demandas das unidades de saúde, a análise do consumo histórico, a projeção de uso e a definição dos quantitativos estimados, bem como a elaboração do Estudo Técnico Preliminar e do Termo de Referência, assegurando o adequado dimensionamento da contratação.

II – Desenvolvimento e confecção dos produtos

Corresponde à fase de produção dos itens pela contratada, compreendendo a aquisição de matérias-primas, corte, costura, acabamento e personalização dos uniformes e peças de rouparia hospitalar, devendo observar critérios de qualidade, durabilidade, conforto e adequação ao uso profissional e hospitalar, além do cumprimento das normas técnicas e sanitárias aplicáveis.

III – Logística de fornecimento e entrega

Etapa que abrange os processos de acondicionamento, embalagem, transporte, carga e descarga dos produtos, até sua efetiva entrega nos locais indicados pela Administração, devendo a contratada garantir a integridade dos itens, a rastreabilidade do fornecimento e o cumprimento dos prazos estabelecidos.

IV – Recebimento, inspeção e aceitação

Fase conduzida pela Administração, que compreende o recebimento provisório e definitivo dos itens, com a realização de conferência quantitativa e qualitativa, verificação da conformidade com as especificações técnicas, padrões de qualidade e condições contratuais, bem como a eventual rejeição e substituição de produtos em desconformidade.

V – Utilização nas atividades institucionais

Etapa de efetiva aplicação dos uniformes e da rouparia hospitalar nas atividades administrativas, operacionais e assistenciais das unidades de saúde, contribuindo para a padronização dos serviços,



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



identificação funcional dos profissionais, organização dos ambientes de trabalho e manutenção das condições de higiene e biossegurança.

VI – Manutenção, higienização e conservação

Fase que envolve os procedimentos contínuos de lavagem, armazenamento e conservação dos itens, indispensáveis para a preservação de suas características físicas, sanitárias e funcionais, devendo ser observadas as práticas adequadas de higienização hospitalar e uso racional dos materiais.

VII – Monitoramento de desempenho e vida útil

Etapa destinada ao acompanhamento do desempenho dos produtos ao longo do tempo, avaliando aspectos como durabilidade, resistência, conforto e adequação ao uso, possibilitando à Administração identificar a necessidade de reposição, aprimorar especificações técnicas e subsidiar futuras contratações.

VIII – Desgaste, substituição e reposição

Considerando o uso contínuo e intensivo, bem como as condições específicas do ambiente hospitalar, os itens estão sujeitos ao desgaste natural, sendo necessária sua substituição periódica, a fim de garantir a continuidade, qualidade e segurança dos serviços prestados.

IX – Destinação final ambientalmente adequada

Etapa final do ciclo, que compreende o descarte dos itens que atingirem o fim de sua vida útil, devendo ser realizado de forma ambientalmente adequada, observando-se, sempre que possível, práticas de reaproveitamento, reciclagem ou destinação conforme a legislação ambiental vigente, minimizando impactos ao meio ambiente.

Dessa forma, a análise detalhada do ciclo de vida do objeto permite à Administração adotar uma abordagem integrada e estratégica da contratação, assegurando não apenas a aquisição dos bens, mas também sua adequada utilização, conservação e destinação final, em consonância com os princípios da eficiência, economicidade, sustentabilidade e interesse público.

3.3. Especificação dos Produtos

Os produtos a serem fornecidos deverão atender integralmente às especificações técnicas, padrões de qualidade e condições estabelecidas neste Termo de Referência, sendo destinados ao uso nas atividades administrativas, operacionais e assistenciais do Fundo Municipal de Saúde de Brasil Novo/PA e de suas unidades vinculadas.

Considerando a natureza do objeto, os uniformes e itens de roupa hospitalar deverão ser confeccionados com materiais adequados ao uso contínuo, observando critérios de durabilidade, conforto, resistência, ergonomia e conformidade com as normas sanitárias aplicáveis.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



3.3.1. Requisitos Gerais dos Produtos

Todos os itens deverão:

- I – Ser novos, de primeiro uso, não sendo admitidos produtos recondicionados, reutilizados ou fora das especificações;
- II – Possuir qualidade compatível com os padrões usuais de mercado, assegurando desempenho adequado às finalidades institucionais;
- III – Ser confeccionados com tecidos apropriados ao uso hospitalar e profissional, com resistência a lavagens frequentes, boa durabilidade e conforto térmico;
- IV – Apresentar acabamento adequado, com costuras firmes, reforçadas e bem finalizadas, sem defeitos de fabricação;
- V – Atender às especificações técnicas de tamanho, cor, modelagem e composição, conforme definido pela Administração;
- VI – Possibilitar a personalização com identidade visual institucional, incluindo logotipos, inscrições ou símbolos, por meio de técnicas como bordado, silk screen ou sublimação;
- VII – Ser entregues devidamente embalados, protegidos contra danos, sujeira ou contaminação durante o transporte e armazenamento;
- VIII – Estar em conformidade com as normas técnicas aplicáveis, quando houver, incluindo padrões da ABNT, INMETRO ou equivalentes;
- IX – Não apresentar defeitos, imperfeições, manchas, rasgos, descolorações ou qualquer outro vício de qualidade;
- X – Possuir características compatíveis com o uso hospitalar, garantindo segurança, higiene e funcionalidade.

3.3.2. Especificações Técnicas dos Itens

Os itens deverão observar, conforme o caso, as seguintes características técnicas:

- Uniformes profissionais (camisas, camisetas, jalecos, coletes, macacões, entre outros):

confeccionados em tecidos adequados ao uso contínuo, com boa respirabilidade, resistência e conforto, devendo permitir mobilidade ao usuário e apresentar durabilidade compatível com a rotina de trabalho.

- Rouparia hospitalar (lençóis, capotes, batas, kits pediátricos, entre outros):

confeccionados em tecidos de fácil higienização, resistentes a lavagens frequentes, com acabamento adequado e dimensões compatíveis com o uso hospitalar.

Itens personalizados:

deverão conter logomarcas, inscrições ou elementos visuais definidos pela Administração, respeitando proporção, cores e padrões institucionais.

- Tamanhos:



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



deverão atender às variações solicitadas pela Administração, abrangendo, no mínimo, as numerações padrão (PP, P, M, G, GG, XG ou equivalentes).

3.3.3. Padrão de Qualidade

Os produtos deverão apresentar padrão de qualidade elevado, compatível com o uso intensivo em ambiente hospitalar, garantindo:

resistência ao desgaste;

manutenção das características após lavagens sucessivas;

conforto e ergonomia;

segurança no uso;

boa apresentação visual.

3.3.4. Critérios de Aceitação

Serão aceitos apenas os produtos que atenderem integralmente às especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.

A Administração poderá:

rejeitar itens em desconformidade;

solicitar substituição;

exigir adequações;

aplicar sanções, quando cabível.

Dessa forma, as especificações estabelecidas visam assegurar a aquisição de produtos com qualidade adequada, compatíveis com as necessidades institucionais e aptos a garantir a eficiência, segurança e continuidade dos serviços públicos de saúde.

4. SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto da presente contratação, considerando que se trata de fornecimento de bens comuns, com baixa complexidade técnica e amplamente disponíveis no mercado, cuja execução pode ser plenamente realizada pela própria empresa contratada.

4.2. A vedação à subcontratação tem por finalidade assegurar:



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



- I – A responsabilidade direta da contratada pela qualidade dos produtos fornecidos;
- II – A rastreabilidade do processo produtivo e de fornecimento;
- III – A efetividade da fiscalização contratual, permitindo maior controle por parte da Administração;
- IV – A padronização dos itens entregues, conforme as especificações estabelecidas neste Termo de Referência;
- V – A prevenção de intermediação indevida, bem como de práticas que possam comprometer a execução contratual.

4.3. A contratada deverá executar integralmente o objeto registrado na Ata de Registro de Preços, sendo vedada a transferência total ou parcial das obrigações assumidas, sob pena de aplicação das sanções previstas na legislação vigente e no instrumento convocatório.

4.4. Excepcionalmente, poderão ser admitidas atividades acessórias ou complementares, desde que não caracterizem transferência do objeto principal e sejam previamente autorizadas pela Administração, mantida, em qualquer hipótese, a responsabilidade integral da contratada pela execução contratual.

4.5. A eventual inobservância das disposições relativas à subcontratação ensejará a adoção das medidas administrativas cabíveis, incluindo a aplicação de penalidades, sem prejuízo da rescisão contratual, quando for o caso.

Dessa forma, a vedação à subcontratação mostra-se medida adequada e necessária para garantir a qualidade, a regularidade e a segurança da execução do objeto contratual.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. A execução do objeto dar-se-á mediante o fornecimento parcelado de uniformes e roupa hospitalar, sob demanda, conforme as necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Brasil Novo/PA e de suas unidades vinculadas, durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

5.2. O fornecimento será formalizado por meio da emissão de Nota de Empenho e/ou Ordem de Fornecimento (Autorização de Fornecimento – AF), expedida pelo setor competente, na qual constarão os itens, quantitativos, especificações, prazos e locais de entrega.

5.3. A execução contratual compreenderá todas as etapas necessárias à plena entrega do objeto, incluindo:

I – Confecção dos produtos, conforme especificações técnicas, tamanhos e características definidas pela Administração;

II – Personalização dos itens, com aplicação de logomarcas, inscrições ou elementos institucionais, conforme padrão previamente definido;

III – Embalagem adequada, visando preservar a integridade dos produtos durante o transporte e armazenamento;



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



IV – Transporte, carga, descarga e entrega nos locais indicados pela Administração, sem ônus adicional;

V – Substituição de produtos em desconformidade, quando constatadas falhas, defeitos ou divergência em relação às especificações estabelecidas.

5.4. A contratada deverá observar rigorosamente os prazos estabelecidos para entrega, bem como as condições técnicas e de qualidade exigidas neste Termo de Referência, responsabilizando-se integralmente por eventuais atrasos, falhas ou irregularidades.

5.5. Os produtos deverão ser entregues novos, em perfeitas condições de uso, devidamente confeccionados e personalizados, atendendo integralmente às especificações técnicas, sendo vedado o fornecimento de itens fora dos padrões estabelecidos.

5.6. A contratada deverá manter controle adequado da produção e do fornecimento, garantindo a rastreabilidade dos itens e a padronização dos produtos entregues ao longo da execução contratual.

5.7. A execução do objeto não gera obrigação de aquisição da totalidade dos quantitativos estimados, tratando-se de mera expectativa de consumo, podendo a Administração realizar as aquisições conforme sua conveniência e necessidade.

5.8. A contratada deverá indicar preposto responsável, que atuará como interlocutor junto à Administração, garantindo agilidade na comunicação e no atendimento das demandas.

5.9. Eventuais irregularidades constatadas durante a execução deverão ser imediatamente sanadas pela contratada, no prazo estabelecido pela Administração, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

5.10. A execução do objeto deverá observar os princípios da eficiência, economicidade, qualidade, continuidade do serviço público e interesse público, assegurando o atendimento adequado das demandas institucionais.

6. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1. Forma de Execução

O objeto será executado sob o regime de fornecimento parcelado, sob demanda, conforme as necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Brasil Novo/PA e de suas unidades vinculadas, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, que será de 12 (doze) meses.

A contratação não implica obrigação de aquisição da totalidade dos quantitativos estimados, constituindo-se estes em mera expectativa de consumo, podendo a Administração realizar as aquisições de acordo com sua conveniência, necessidade e disponibilidade orçamentária.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



Tal modelo visa assegurar maior flexibilidade administrativa, otimização da gestão de estoques e racionalização dos recursos públicos.

6.2. Emissão da Ordem de Fornecimento

O fornecimento dos itens será formalizado mediante:

- emissão de Nota de Empenho; e/ou
- emissão de Ordem de Fornecimento (Autorização de Fornecimento – AF), expedida pelo setor competente.

A contratada deverá confirmar o recebimento da solicitação no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do envio pela Administração.

A ausência de manifestação no prazo estipulado não exime a contratada do cumprimento da obrigação, sendo considerada automaticamente recebida a solicitação para fins de contagem de prazo.

6.3. Prazo de Entrega

Os produtos deverão ser entregues no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento ou Nota de Empenho.

O prazo estabelecido poderá ser prorrogado, de forma excepcional, mediante solicitação devidamente justificada pela contratada e desde que aceita pela Administração, não podendo comprometer a continuidade dos serviços públicos.

O descumprimento injustificado dos prazos poderá ensejar a aplicação das sanções administrativas cabíveis.

6.4. Local de Entrega

A entrega dos produtos deverá ser realizada em local previamente indicado pelo Fundo Municipal de Saúde de Brasil Novo/PA, podendo ocorrer de forma centralizada ou descentralizada, conforme a necessidade das unidades vinculadas.

As entregas deverão ocorrer em horário de expediente, mediante agendamento prévio com o setor competente.

Todas as despesas relacionadas ao fornecimento, incluindo transporte, carga, descarga, seguro e demais encargos logísticos, correrão exclusivamente por conta da contratada.

6.5. Condições de Entrega

Os produtos fornecidos deverão atender, cumulativamente, às seguintes condições:



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



- estar devidamente acondicionados e embalados, de forma a garantir sua integridade durante o transporte e armazenamento;
- apresentar identificação do fabricante, lote ou referência, quando aplicável;
- estar em perfeitas condições de uso, livres de defeitos, avarias ou imperfeições;
- atender integralmente às especificações técnicas constantes neste Termo de Referência;
- estar devidamente confeccionados e personalizados, conforme solicitado pela Administração.

Não serão aceitos produtos que:

- apresentem sinais de dano, desgaste, contaminação ou uso prévio;
- estejam em desacordo com as especificações técnicas exigidas;
- apresentem falhas de acabamento, costura, personalização ou qualidade;
- não atendam aos padrões mínimos exigidos para uso hospitalar.

6.6. Recebimento

O recebimento dos produtos ocorrerá em duas etapas, nos termos da legislação vigente:

a) Recebimento Provisório:

realizado no ato da entrega, para verificação quantitativa dos itens e das condições aparentes dos produtos;

b) Recebimento Definitivo:

realizado após a verificação detalhada da conformidade qualitativa dos produtos com as especificações técnicas estabelecidas, no prazo máximo de até 15 (quinze) dias.

Os produtos que não atenderem às condições exigidas serão recusados, no todo ou em parte, devendo a contratada proceder à substituição no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da contratada quanto à qualidade, durabilidade e adequação dos produtos fornecidos.

7. FISCALIZAÇÃO

7.1. A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por servidor(es) formalmente designado(s) pela Administração, nos termos da Lei nº 14.133/2021, ao(s) qual(is) competirá:

- verificar a conformidade dos produtos entregues com as especificações técnicas;
- acompanhar o cumprimento dos prazos e condições de entrega;
- registrar ocorrências, falhas ou irregularidades na execução contratual;
- comunicar formalmente à contratada, eventuais inconformidades;
- atestar as notas fiscais para fins de pagamento;



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



- adotar as providências necessárias à regularização de eventuais inconsistências.

7.2. A fiscalização exercida pela Administração não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada quanto à execução do objeto, permanecendo esta responsável por quaisquer irregularidades ou danos decorrentes do fornecimento.

8. GARANTIA CONTRATUAL DO BEM

8.1. Os bens fornecidos deverão ser novos, de primeiro uso, e possuir garantia contra defeitos de fabricação, vícios de qualidade ou inadequação ao uso a que se destinam, nos termos do Código de Defesa do Consumidor e da legislação aplicável.

8.2. A garantia mínima será de 90 (noventa) dias, contados a partir do recebimento definitivo dos produtos pela Administração, sem prejuízo de prazo superior eventualmente oferecido pelo fabricante ou pela contratada.

8.3. Durante o período de garantia, a contratada deverá assegurar a plena qualidade dos produtos fornecidos, responsabilizando-se pela correção de quaisquer defeitos, falhas ou desconformidades identificadas.

8.4. Constatado vício, defeito ou inadequação dos produtos às especificações estabelecidas neste Termo de Referência, a contratada deverá proceder à substituição integral dos itens, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação formal da Administração, sem qualquer ônus adicional.

8.5. A substituição deverá abranger, quando necessário, a retirada do produto defeituoso, transporte, nova entrega e quaisquer demais custos envolvidos, sendo vedada a cobrança de valores adicionais.

8.6. Os produtos substituídos deverão atender integralmente às especificações técnicas exigidas, não sendo admitida a reapresentação de itens anteriormente rejeitados.

8.7. O recebimento definitivo não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada quanto à qualidade, durabilidade e adequação dos bens fornecidos, permanecendo a responsabilidade durante todo o período de garantia.

8.8. A inobservância das condições de garantia poderá ensejar a aplicação das penalidades previstas na legislação vigente e no instrumento convocatório, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

Dessa forma, a garantia contratual visa assegurar a qualidade dos bens fornecidos, a proteção do interesse público e a adequada execução contratual.

9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



9.1. A gestão e fiscalização da Ata de Registro de Preços e dos instrumentos dela decorrentes serão realizadas por servidores formalmente designados pela Secretaria Municipal de Saúde de Brasil Novo/PA, em conformidade com o disposto na Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

9.2. A Administração designará, por ato formal, um gestor e um fiscal do contrato, os quais atuarão de forma integrada, com atribuições distintas e complementares, visando assegurar a adequada execução contratual.

9.3. Compete ao gestor do contrato:

- I – Acompanhar a execução global da contratação, garantindo o cumprimento das condições estabelecidas;
- II – promover a interlocução institucional com a contratada;
- III – adotar as providências administrativas necessárias ao regular andamento da execução;
- IV – analisar pedidos de prorrogação de prazo, reequilíbrio econômico-financeiro e demais solicitações;
- V – subsidiar a Administração na aplicação de sanções, quando cabíveis;
- VI – Zelar pela observância dos princípios da legalidade, eficiência e economicidade.

9.4. Compete ao fiscal do contrato:

- I – Acompanhar diretamente a execução do objeto, verificando a conformidade dos produtos entregues com as especificações técnicas;
- II – Realizar o recebimento provisório e definitivo dos bens;
- III – Registrar ocorrências, falhas, atrasos ou irregularidades na execução contratual;
- IV – Comunicar formalmente à contratada, eventuais inconformidades, solicitando sua regularização;
- V – Atestar as notas fiscais para fins de pagamento;
- VI – Emitir relatórios de acompanhamento da execução.

9.5. A contratada deverá indicar preposto formalmente designado, responsável por atuar como interlocutor junto à Administração, devendo responder às demandas no prazo estabelecido e garantir a adequada execução do objeto.

9.6. As comunicações entre a Administração e a contratada ocorrerão preferencialmente por meio eletrônico, com registro formal nos autos do processo, assegurando transparência e rastreabilidade.

9.7. A gestão contratual será realizada de forma contínua e sistemática, abrangendo o acompanhamento do fornecimento, controle de prazos, verificação da qualidade dos produtos e avaliação do desempenho da contratada.

9.8. A fiscalização exercida pela Administração não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pela execução do objeto, permanecendo esta responsável por quaisquer danos, falhas ou irregularidades decorrentes do fornecimento.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



9.9. Eventuais descumprimentos contratuais poderão ensejar a aplicação das penalidades previstas na legislação vigente, no edital e na Ata de Registro de Preços, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Dessa forma, o modelo de gestão do contrato visa assegurar o controle efetivo da execução, a qualidade dos bens fornecidos e a adequada aplicação dos recursos públicos.

10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

10.1. Recebimento do Objeto

O recebimento dos bens objeto desta contratação será realizado em conformidade com o disposto na Lei nº 14.133/2021, observando-se as seguintes etapas:

I – Recebimento Provisório:

realizado no ato da entrega, para fins de conferência quantitativa dos itens e verificação das condições aparentes dos produtos;

II – Recebimento Definitivo:

realizado após a verificação detalhada da conformidade qualitativa dos bens com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, no prazo máximo de até 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório.

10.1.1. O recebimento definitivo somente será efetuado após a confirmação de que os produtos atendem integralmente às especificações técnicas, padrões de qualidade e condições contratuais.

10.1.2. Caso sejam constatadas irregularidades, defeitos ou desconformidades, a Administração poderá:

- rejeitar o objeto, no todo ou em parte;
- exigir a substituição dos itens;
- suspender o recebimento;
- aplicar as penalidades cabíveis.

10.1.3. O recebimento definitivo não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada quanto à qualidade, durabilidade e adequação dos produtos fornecidos.

10.2. Medição

10.2.1. A medição será realizada com base nos quantitativos efetivamente fornecidos e aceitos pela Administração, conforme as Autorizações de Fornecimento emitidas.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



10.2.2. Somente serão considerados para fins de medição os itens que tiverem sido devidamente entregues, conferidos e aceitos pela fiscalização.

10.2.3. A medição será formalizada mediante atesto do fiscal do contrato na respectiva Nota Fiscal ou documento equivalente.

10.3. Liquidação da Despesa

10.3.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento equivalente, devidamente atestada pelo fiscal do contrato, será iniciado o prazo de até 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação da despesa.

10.3.2. Para fins de liquidação, será verificado:

- I – A conformidade da Nota Fiscal com os bens fornecidos;
- II – A regularidade fiscal da contratada;
- III – A correspondência com a Nota de Empenho e Ordem de Fornecimento.

10.3.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou qualquer situação que impeça a liquidação, o pagamento ficará suspenso até a regularização, sem ônus para a Administração.

10.4. Prazo de Pagamento

10.4.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa.

10.4.2. O prazo poderá ser suspenso nos casos de irregularidades na documentação apresentada.

10.5. Forma de Pagamento

10.5.1. O pagamento será realizado mediante ordem bancária, para crédito em conta corrente indicada pela contratada.

10.5.2. Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária.

10.6. Retenções e Encargos

10.6.1. Quando do pagamento, serão efetuadas as retenções tributárias previstas na legislação vigente, incluindo:

- Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF);
- demais tributos aplicáveis.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



10.6.2. A contratada deverá manter sua regularidade fiscal durante toda a execução contratual.

10.6.3. A ausência de regularidade poderá impedir o pagamento até a devida regularização.

Dessa forma, os critérios de medição e pagamento foram estabelecidos de modo a assegurar a adequada verificação da execução contratual, a correta liquidação da despesa e a regular aplicação dos recursos públicos, em observância aos princípios da legalidade, eficiência, transparência e controle.

11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

11.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção de critério de julgamento pelo menor preço por item, com fundamento na Lei nº 14.133/2021, aplicando-se subsidiariamente as demais normas pertinentes.

Exigências de habilitação

11.2 Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto a existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- a) SICAF
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/ceis>):
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas-CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

11.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

11.4. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

11.5. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

11.6. O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

11.7. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



10.8. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

11.8. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

11.9. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

11.10. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

12. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

12.1. Da Habilitação Jurídica

- a) **Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social**, em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, para comprovação do ramo de atividade, onde seja compatível com o objeto desta licitação; Ato constitutivo e respectivas alterações, devidamente registrados, acompanhados de prova de investidura da Diretoria em exercício, No caso de sociedade civil;
- b) Documentos de identificação contendo **RG** e **CPF** ou documento equivalente do(s) sócio(s) ou sócio administrador, que tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- c) Instrumento de procuração, devidamente registrado em Cartório (quando for o caso), acompanhado dos documentos pessoais do procurador (**RG** e **CPF**);
- d) Registro Comercial, no caso de empresa individual.
- e) Decreto de Autorização, devidamente arquivado em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.

12.2. DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Comprovante da inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ.
- b) Certidão de Regularidade de Débitos com a **Fazenda Federal** (da Secretaria da Receita Federal e da Procuradoria da Fazenda Nacional), admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativa”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento; (Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais, Previdenciários e à



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



Divida Ativa da União, conforme portaria RFB/PGFN nº1751 de 02/10/2014);

c) Certidão de Regularidade de Débitos com a **Fazenda Estadual**, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

d) Certidão ou Ficha de Inscrição Estadual ;

e) Certidão de Regularidade de Débitos com a **Fazenda Municipal**, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

f) Certidão de Regularidade do **FGTS**, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

g) Certidão de Regularidade de Débito – **CNDT**, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

h) Alvará de Funcionamento vigente, expedido pelo órgão competente do domicílio ou sede da licitante, compatível com o ramo de atividade pertinente ao objeto da licitação.

12.3. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA

12.3.1. Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou de Insolvência Civil, expedida no domicílio da pessoa jurídica;

14. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

13.1 Para fins de habilitação técnica, a licitante deverá apresentar:

I – Atestado(s) de Capacidade Técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem o fornecimento de materiais de expediente, suprimentos de informática ou materiais similares compatíveis com o objeto desta licitação.

II – Os atestados deverão conter:

- identificação da entidade emitente
- CNPJ e endereço
- descrição do objeto fornecido
- período de fornecimento
- assinatura do responsável



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



III – Poderão ser solicitados catálogos, fichas técnicas ou especificações dos produtos, quando necessário para comprovação da compatibilidade com o objeto licitado.

14. DAS DECLARAÇÕES

- a) Declaração Conjunta conforme Modelo do anexo III;
- b) Declaração de enquadramento como ME/EPP, MEI, ou equiparada, nos termos da Lei 123/2006 (anexo IV).
- c) Declaração Anticorrupção (anexo V).
- d) Declaração de Reserva de cargos para pessoas com deficiência (anexo VI).

Obs.: As Declarações deverão ser em papel timbrado e estarem devidamente assinadas pelo representante legal da empresa.

15. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

15.1. O valor estimado total da presente contratação é de R\$ 240.882,78 (duzentos e quarenta mil, oitocentos e oitenta e dois reais e setenta e oito centavos), apurado com base em pesquisa de preços realizada em conformidade com os parâmetros estabelecidos na Instrução Normativa nº 65, de 07 de julho de 2021, bem como em observância ao disposto no art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

15.2. A estimativa de preços foi elaborada a partir de dados obtidos em fontes idôneas, notadamente por meio do sistema Banco de Preços, considerando valores praticados em contratações similares realizadas por órgãos e entidades da Administração Pública, nos termos do art. 23, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, garantindo maior fidedignidade e aderência aos preços de mercado.

15.3. Para a definição do valor estimado, adotou-se metodologia baseada na média aritmética dos preços coletados, com análise crítica dos dados, desconsiderando-se eventuais valores inexequíveis ou excessivamente elevados, de modo a assegurar maior precisão na formação do preço de referência.

15.4. Ressalta-se que o valor estimado possui caráter meramente referencial, não constituindo obrigação de contratação integral por parte da Administração, especialmente em razão da adoção do Sistema de Registro de Preços, que permite a contratação conforme a efetiva necessidade.

15.5. A estimativa foi elaborada de forma criteriosa, observando os princípios da economicidade, eficiência, razoabilidade e vantajosidade, assegurando que os valores estejam compatíveis com os praticados no mercado e aptos a garantir a competitividade do certame.

Dessa forma, a estimativa do valor da contratação revela-se adequada, suficiente e compatível com a realidade de mercado, atendendo às exigências legais e técnicas para a adequada instrução do processo licitatório.

16. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



16.1. Poderão participar da presente licitação as empresas legalmente constituídas, do ramo de atividade pertinente e compatível com o objeto desta contratação, que atendam integralmente às exigências estabelecidas neste Termo de Referência, no edital e na legislação vigente.

16.2. A participação ocorrerá por meio eletrônico, mediante prévio cadastramento no sistema Licitanet, devendo os interessados observar rigorosamente os requisitos operacionais, prazos, condições e procedimentos definidos no edital.

16.3. Não poderão participar da presente licitação:

I – Empresas que se encontrem sob falência, recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução ou liquidação, ressalvada a hipótese de apresentação de plano de recuperação aprovado judicialmente e que demonstre viabilidade econômica;

II – Empresas declaradas inidôneas ou suspensas de licitar ou contratar com a Administração Pública;

III – empresas impedidas de contratar com o Poder Público, nos termos da legislação vigente;

IV – Empresas estrangeiras que não possuam representação legal no Brasil, com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente;

V – Pessoas físicas ou jurídicas que mantenham vínculo com servidores ou agentes públicos diretamente envolvidos no processo, nos termos da legislação aplicável.

16.4. Será assegurado tratamento favorecido, diferenciado e simplificado às microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, inclusive quanto ao direito de preferência e à regularização fiscal tardia.

16.5. Poderão ser estabelecidas cotas exclusivas ou reservadas para microempresas e empresas de pequeno porte, quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso, conforme disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006 e legislação municipal aplicável.

16.6. A participação na licitação implica a plena aceitação das condições estabelecidas neste Termo de Referência e no edital, bem como o conhecimento integral das condições técnicas, operacionais e administrativas necessárias ao cumprimento das obrigações contratuais.

16.7. Os licitantes deverão apresentar proposta contendo, quando aplicável, marca, modelo, fabricante e especificações técnicas dos produtos ofertados, acompanhadas de catálogos, fichas técnicas ou documentos equivalentes que comprovem a conformidade com as exigências estabelecidas.

16.8. A Administração poderá, a qualquer tempo, realizar diligências, solicitar esclarecimentos e exigir documentos complementares, com a finalidade de verificar a veracidade das informações prestadas e a conformidade das propostas apresentadas.

16.9. A apresentação de proposta vincula o licitante ao cumprimento de todas as obrigações estabelecidas neste Termo de Referência e no edital, não sendo admitidas alegações posteriores de desconhecimento das condições da contratação.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



16.10. Será exigida a apresentação de proposta detalhada, contendo as especificações dos produtos ofertados, sob pena de desclassificação.

17. DOS MATERIAIS

17.1. Todos os materiais deverão ser novos, de primeiro uso, e entregues em perfeitas condições de utilização, sendo vedado o fornecimento de produtos recondicionados, reutilizados ou em desacordo com as especificações técnicas estabelecidas.

17.2. Os bens deverão atender integralmente às especificações técnicas constantes neste Termo de Referência e à proposta apresentada pela contratada, observando padrões de qualidade, durabilidade e adequação ao uso hospitalar.

17.3. Os produtos deverão apresentar qualidade compatível com os padrões usuais de mercado, assegurando desempenho adequado às finalidades institucionais da Administração, especialmente no que se refere à resistência, conforto, acabamento e funcionalidade.

17.4. A Administração poderá recusar, no todo ou em parte, os produtos que apresentem:

- defeitos de fabricação ou vícios de qualidade;
- danos decorrentes de transporte, armazenamento ou manuseio inadequado;
- desconformidade com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência;
- falhas de acabamento, costura, personalização ou qualquer irregularidade que comprometa o uso adequado dos itens.

17.5. Os produtos recusados deverão ser substituídos pela contratada, no prazo estabelecido pela Administração, sem qualquer ônus adicional, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

18. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

18.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos consignados no Orçamento do Município, vinculados ao Fundo Municipal de Saúde.

18.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

ORGÃO: 12 - Fundo Municipal de Saúde

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 1201 - Fundo Municipal de Saúde de Brasil Novo

PROJETO/ATIVIDADE: 10.301.0202 2.005 Manutenção do Programa Saúde na Escola;

PROJETO/ATIVIDADE: 10.301.0202 2.006 Manutenção do Programa Agentes Comunitário de



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



Saúde-PACS;

PROJETO/ATIVIDADE: 10.301.0202 2.007 Piso Atenção Primária-PAP;

PROJETO/ATIVIDADE: 10.301.0202 2.010 Manutenção do PAB Estadual;

PROJETO/ATIVIDADE: 10.301.0202 2.011 Programa Melhor em Casa

PROJETO/ATIVIDADE: 10.301.0202 2.012 Equipe Multidisciplinar EMAD;

PROJETO/ATIVIDADE: 10.301.0238 2.017 Manutenção do Centro de Atendimento Psicossocial-CAPS;

PROJETO/ATIVIDADE: 10.302.0238 2.019 Manutenção das Atividades do SAMU;

PROJETO/ATIVIDADE: 10.302.0238 2.020 Manutenção da Média Complexidade;

PROJETO/ATIVIDADE: 10.304.0235 2.021 Manutenção da Vigilância Sanitária;

PROJETO/ATIVIDADE: 10.305.0235 2.022 Manutenção da Vigilância em Saúde.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 1202 - Secretaria Municipal de Saúde de Brasil Novo

PROJETO/ATIVIDADE: 10.122.0004 2.023 Manutenção da secretaria Municipal de Saúde;

PROJETO/ATIVIDADE: 10.125.0004 2.024 Manutenção do Conselho Municipal de Saúde.

Classificação econômica: 3.3.90.30.00 Material de Consumo;

18.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Brasil Novo/PA, 16 de abril de 2026.

ELYSSON LEONARDE KLOSS

Secretário Municipal de Saúde
Decreto nº 005/2025

ALEXSANDRO SANTANA PEREIRA

Setor de Compras
Matrícula 131140-9



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



APÊNDICE DO ANEXO I
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
Processo Administrativo 011/2026 FMS

1. Necessidade da Aquisição / Contratação

O presente Estudo Técnico Preliminar tem por finalidade analisar e demonstrar a viabilidade técnica, administrativa e econômica da contratação, por meio de Sistema de Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresas para fornecimento de uniformes e roupa hospitalar, sob demanda, incluindo a confecção, personalização e entrega dos itens, destinados ao atendimento das necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Brasil Novo/PA e de suas unidades vinculadas.

A presente demanda decorre da necessidade de garantir o adequado funcionamento das unidades de saúde vinculadas ao Fundo Municipal de Saúde de Brasil Novo/PA, assegurando condições adequadas de organização, identificação, higiene e biossegurança no atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS.

Nesse contexto, evidencia-se que a disponibilização de uniformes aos profissionais de saúde constitui medida indispensável à adequada identificação funcional, à padronização visual dos servidores e ao fortalecimento da imagem institucional da Administração Pública, contribuindo, ainda, para a organização dos serviços e para o incremento da confiança dos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS.

De igual modo, a roupa hospitalar, compreendendo itens como lençóis, capotes, batas e demais vestimentas de uso assistencial, configura insumo essencial à adequada prestação dos serviços de saúde, sendo diretamente relacionada à garantia das condições de higiene, conforto e segurança dos pacientes, bem como à observância dos protocolos de biossegurança e controle de infecções.

Cumprir destacar que os referidos materiais possuem natureza de consumo, estando sujeitos ao desgaste natural decorrente do uso contínuo, das frequentes higienizações e das exigências sanitárias inerentes ao ambiente hospitalar, o que impõe à Administração a necessidade de reposição periódica, sob pena de comprometimento da qualidade e da segurança dos serviços ofertados.

Ademais, a eventual insuficiência ou indisponibilidade desses itens pode acarretar prejuízos significativos à prestação do serviço público, impactando negativamente a eficiência operacional das unidades de saúde, a segurança dos profissionais e usuários, bem como a conformidade com as normas técnicas e sanitárias vigentes.

Destaca-se, ainda, que a demanda apresenta natureza contínua e quantitativo variável, circunstância que recomenda, sob a ótica da economicidade e da eficiência administrativa, a adoção do Sistema de Registro de Preços, instrumento que possibilita à Administração Pública realizar aquisições de forma parcelada e conforme a efetiva necessidade, evitando desperdícios, reduzindo custos operacionais e promovendo a adequada gestão de estoques.

Diante do exposto, resta plenamente caracterizada a necessidade da presente contratação, a qual se



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



revela medida indispensável à manutenção da regularidade, eficiência e qualidade dos serviços de saúde prestados à população, assegurando o atendimento aos padrões técnicos, sanitários e administrativos exigidos pela legislação vigente.

1. Área Requisitante

A presente demanda tem como Área Requisitante o Fundo Municipal de Saúde de Brasil Novo, por intermédio do Secretário Municipal de Saúde – o Sr. Elysson Leonarde Kloss

2. Requisitos da Contratação

Para o atendimento adequado da necessidade identificada, a contratação deverá observar os seguintes requisitos técnicos, operacionais e legais:

3.1. Natureza dos Bens

Os itens objeto da presente contratação enquadram-se como bens de natureza comum, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, permitindo a adequada caracterização do objeto no Termo de Referência.

Trata-se, ainda, de bens classificados como materiais de consumo, considerando que possuem vida útil limitada, sendo destinados à utilização contínua no âmbito das atividades desenvolvidas pelas unidades de saúde, estando sujeitos ao desgaste natural decorrente do uso frequente, das sucessivas lavagens e das condições específicas do ambiente hospitalar.

Os itens compreendem uniformes profissionais e roupa hospitalar, tais como camisetas, camisas, capotes, batas, lençóis, entre outros, cuja finalidade está diretamente relacionada ao funcionamento regular dos serviços públicos de saúde, não se incorporando ao patrimônio público de forma permanente.

Ressalta-se que, embora haja a necessidade de confecção, personalização e adequação dos itens às especificidades da Administração, tal circunstância não descaracteriza sua natureza de bens comuns, uma vez que tais características são amplamente disponíveis no mercado e não exigem desenvolvimento técnico inovador ou soluções sob medida de alta complexidade.

Dessa forma, resta evidenciado que os bens a serem adquiridos possuem natureza comum e de consumo, sendo passíveis de contratação por meio de procedimento licitatório na modalidade pregão, preferencialmente na forma eletrônica, com adoção do Sistema de Registro de Preços, conforme previsto na legislação vigente.

3.2. Padrão de Qualidade

Os bens a serem fornecidos deverão atender a elevados padrões de qualidade, desempenho e durabilidade, compatíveis com as exigências inerentes ao ambiente hospitalar e às atividades



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



desenvolvidas no âmbito das unidades de saúde vinculadas ao Fundo Municipal de Saúde de Brasil Novo/PA.

Os uniformes e itens de roupa hospitalar deverão ser confeccionados com materiais adequados, resistentes ao uso contínuo e às frequentes lavagens, observando-se características como conforto térmico, ergonomia, acabamento uniforme e resistência mecânica, de modo a assegurar condições apropriadas de utilização pelos profissionais de saúde e pelos pacientes.

As matérias-primas empregadas deverão possuir qualidade compatível com as especificações técnicas exigidas, sendo vedada a utilização de materiais de baixa durabilidade, inadequados ao uso hospitalar ou que comprometam a segurança e a higiene dos usuários.

Os itens deverão apresentar acabamento de qualidade superior, com costuras reforçadas, ausência de defeitos aparentes, uniformidade de cores, medidas compatíveis com os tamanhos especificados e fidelidade às características técnicas estabelecidas no Termo de Referência.

Nos casos em que houver personalização, esta deverá ser realizada de forma nítida, durável e resistente ao desgaste, sem comprometer a integridade do tecido ou a qualidade do produto, devendo atender integralmente aos padrões institucionais definidos pela Administração.

Além disso, os produtos deverão observar as normas técnicas e sanitárias aplicáveis, especialmente aquelas relacionadas à segurança, higiene e controle de infecções no ambiente hospitalar, garantindo a adequada utilização nos serviços de saúde.

A Administração poderá exigir, sempre que entender necessário, a apresentação de amostras para fins de avaliação prévia da qualidade dos materiais, bem como proceder à inspeção dos produtos no momento da entrega, rejeitando aqueles que não estejam em conformidade com as especificações exigidas.

Dessa forma, busca-se assegurar que os bens fornecidos atendam plenamente às necessidades da Administração, contribuindo para a eficiência dos serviços, a segurança dos usuários e a adequada aplicação dos recursos públicos.

3.3. Forma de Fornecimento

O fornecimento dos bens será realizado de forma parcelada e sob demanda, conforme as necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Brasil Novo/PA e de suas unidades vinculadas, durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

A contratação será formalizada mediante emissão de Nota de Empenho e/ou Autorização de Fornecimento (AF), na qual constarão as especificações dos itens, quantitativos, prazos e demais condições para a execução do objeto.

Os itens deverão ser confeccionados, personalizados e entregues pela contratada de acordo com as especificações técnicas constantes no Termo de Referência, observando-se rigorosamente os padrões



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



de qualidade exigidos pela Administração.

O prazo para entrega dos bens será definido no instrumento convocatório, contado a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento, admitida prorrogação mediante justificativa devidamente fundamentada e aceita pela Administração, desde que não haja prejuízo ao interesse público.

As entregas deverão ocorrer em local previamente indicado pela Administração, podendo abranger diferentes unidades de saúde vinculadas ao Fundo Municipal de Saúde, conforme necessidade.

A contratada será responsável por todas as despesas decorrentes do fornecimento, incluindo transporte, carga e descarga, mão de obra, tributos, encargos sociais e quaisquer outros custos necessários à plena execução do objeto.

O recebimento dos bens será realizado de forma provisória e definitiva, nos termos da legislação vigente, mediante verificação da conformidade dos produtos com as especificações estabelecidas, podendo a Administração rejeitar, no todo ou em parte, aqueles que não atenderem às exigências contratuais.

Dessa forma, a forma de fornecimento adotada visa garantir flexibilidade, eficiência e economicidade, permitindo à Administração ajustar as aquisições à sua real necessidade, assegurando a continuidade dos serviços públicos de saúde.

3.4. Prazo e Local de Entrega

O prazo para entrega dos bens será de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do recebimento, pela contratada, da respectiva Nota de Empenho e/ou Autorização de Fornecimento (AF), devidamente emitida pela Administração.

O referido prazo poderá ser prorrogado, excepcionalmente, por igual período, desde que devidamente justificado pela contratada e aceito pela Administração, não podendo acarretar prejuízo à continuidade dos serviços públicos.

A entrega dos itens deverá ser realizada em local previamente indicado pelo Fundo Municipal de Saúde de Brasil Novo/PA, podendo ocorrer de forma centralizada ou descentralizada, conforme a necessidade das unidades de saúde vinculadas.

Os bens deverão ser entregues em perfeitas condições de uso, devidamente acondicionados, embalados e identificados, acompanhados da respectiva nota fiscal, observando-se rigorosamente as especificações técnicas constantes no Termo de Referência.

O recebimento dos produtos será realizado por servidor designado pela Administração, em duas etapas:

I – Recebimento provisório, no ato da entrega, para verificação quantitativa e das condições aparentes



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



dos bens;

II – Recebimento definitivo, após a conferência detalhada da conformidade dos itens com as especificações técnicas exigidas, no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis.

Caso sejam constatadas irregularidades, os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, devendo a contratada proceder à substituição no prazo a ser estabelecido pela Administração, sem ônus adicional.

Dessa forma, o prazo e local de entrega foram definidos de modo a assegurar a eficiência logística, a continuidade do atendimento nas unidades de saúde e o adequado controle no recebimento dos bens.

3.5. Garantia e Substituição

Os bens fornecidos deverão possuir garantia mínima contra defeitos de fabricação, vícios de qualidade ou inadequação ao uso a que se destinam, pelo prazo de, no mínimo, 90 (noventa) dias, contados a partir do recebimento definitivo pela Administração, sem prejuízo de prazo superior eventualmente ofertado pelo fabricante ou pela contratada.

Durante o período de garantia, a contratada será responsável por assegurar a qualidade, integridade e funcionalidade dos produtos fornecidos, comprometendo-se a sanar quaisquer falhas, irregularidades ou não conformidades identificadas.

Caso sejam constatados defeitos, vícios ou divergências em relação às especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência, os itens deverão ser substituídos, corrigidos ou refeitos, no todo ou em parte, às expensas da contratada, no prazo máximo de até 10 (dez) dias corridos, contados a partir da notificação formal da Administração.

A substituição deverá ocorrer sem qualquer ônus adicional para a Administração, incluindo custos com transporte, retirada, entrega, mão de obra e demais encargos necessários à regularização do objeto.

Os itens substituídos deverão atender integralmente às exigências de qualidade, especificações técnicas e condições estabelecidas no instrumento convocatório, sendo vedada a reapresentação de produtos anteriormente rejeitados.

Na hipótese de reincidência de falhas ou descumprimento das obrigações contratuais, poderão ser aplicadas as penalidades previstas na legislação vigente e no contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

Dessa forma, as condições de garantia e substituição visam assegurar a qualidade dos bens fornecidos, a proteção do interesse público e a adequada execução contratual.

3.6. Sustentabilidade



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



Sempre que possível, deverão ser observados critérios de sustentabilidade, priorizando-se produtos que causem menor impacto ambiental, com embalagens recicláveis ou reduzidas, em conformidade com as boas práticas de gestão pública sustentável.

3.7. Habilitação e Regularidade

A futura contratada deverá comprovar regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e econômico-financeira, nos termos da Lei nº 14.133/2021, bem como capacidade técnica compatível com o objeto da contratação, conforme exigências estabelecidas no Termo de Referência.

3.8. Critério de Julgamento

O critério de julgamento será o de menor preço por item, considerando tratar-se de bens comuns, com especificações usuais de mercado, garantindo maior competitividade e vantajosidade à Administração.

3. Levantamento de Mercado

O levantamento de mercado foi realizado com o objetivo de identificar as soluções disponíveis para atendimento da demanda, bem como verificar as práticas adotadas por outros entes da Administração Pública e os parâmetros de preços praticados no mercado.

Para tanto, foram observadas contratações similares realizadas por órgãos e entidades públicas, por meio de consulta a bancos de preços oficiais e sistemas eletrônicos de compras governamentais, em conformidade com a Instrução Normativa nº 65/2021 e a Lei nº 14.133/2021.

Verificou-se que a solução mais adotada pela Administração Pública para atendimento de demandas dessa natureza consiste na contratação de empresa especializada para o fornecimento de uniformes e rouparia hospitalar, incluindo a confecção, personalização e entrega dos itens, podendo ser operacionalizada por meio do Sistema de Registro de Preços.

Constatou-se, ainda, que os itens objeto da contratação são amplamente disponíveis no mercado, sendo ofertados por diversas empresas do ramo de confecção e malharia, o que evidencia a viabilidade da competição e a inexistência de restrição de mercado.

A análise das contratações similares demonstrou que os bens apresentam especificações padronizadas, com variações relacionadas a tipo de tecido, gramatura, acabamento, personalização e tamanhos, aspectos estes que podem ser plenamente definidos no Termo de Referência, garantindo a adequada descrição do objeto.

No tocante aos preços, a pesquisa de mercado indicou valores compatíveis com os praticados por outros entes públicos, conforme demonstrado no relatório de cotação, elaborado com base em dados extraídos de contratações públicas recentes, utilizando metodologia de cálculo baseada na média dos preços obtidos.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



Ademais, verificou-se que a adoção do Sistema de Registro de Preços é prática recorrente para esse tipo de contratação, em razão da natureza contínua e da variabilidade da demanda, permitindo aquisições parceladas, maior flexibilidade administrativa e melhor gestão dos recursos públicos.

Dessa forma, conclui-se que a solução pretendida é amplamente disponível no mercado, apresenta viabilidade técnica e econômica, e encontra respaldo nas práticas adotadas pela Administração Pública, configurando-se como a alternativa mais adequada para atendimento da demanda identificada.

a) Contratações similares feitas por outros órgãos e entidades públicas:

Em atendimento ao disposto na legislação vigente, especialmente à Lei nº 14.133/2021, foram analisadas contratações similares realizadas por outros órgãos e entidades da Administração Pública, com o objetivo de identificar soluções adotadas, padrões técnicos e parâmetros de preços praticados no mercado.

A análise contemplou dados extraídos de sistemas oficiais de compras governamentais, tais como o Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, bem como bancos de preços públicos, nos quais foram identificadas diversas contratações com objeto compatível ao ora pretendido, envolvendo o fornecimento de uniformes e roupa hospitalar, incluindo confecção e personalização.

Dentre as contratações analisadas, destacam-se procedimentos licitatórios realizados por municípios e órgãos públicos que adotaram, de forma predominante, a modalidade pregão eletrônico, frequentemente associada ao Sistema de Registro de Preços, em razão da natureza contínua e variável da demanda.

Verificou-se, ainda, que os objetos contratados apresentam características semelhantes às da presente demanda, abrangendo itens como capotes, batas hospitalares, lençóis, camisetas, uniformes personalizados, entre outros, com especificações técnicas padronizadas e amplamente disponíveis no mercado.

Conforme evidenciado no relatório de cotação que instrui o presente processo, foram identificadas contratações realizadas por diversos entes públicos, incluindo municípios de diferentes unidades federativas, cujos objetos consistem na aquisição de uniformes e roupa hospitalar, com preços obtidos por meio de processos licitatórios recentes, demonstrando a compatibilidade e aderência da solução ora proposta às práticas adotadas pela Administração Pública.

A análise dessas contratações permitiu constatar a viabilidade técnica e econômica da solução pretendida, bem como a existência de ampla concorrência no mercado fornecedor, reforçando a adequação do modelo de contratação proposto.

Dessa forma, conclui-se que a presente contratação encontra respaldo em práticas consolidadas no âmbito da Administração Pública, estando alinhada aos princípios da eficiência, economicidade e competitividade.



**ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42**



b) Realização de audiência e/ou consulta pública para coleta de contribuições:

Nos termos da Lei nº 14.133/2021, a realização de audiência ou consulta pública constitui instrumento facultativo, a ser utilizado pela Administração quando a complexidade, relevância ou impacto da contratação assim o justificar.

No presente caso, considerando que o objeto consiste no fornecimento de uniformes e roupa hospitalar, caracterizado como bens de natureza comum, com especificações padronizadas e amplamente disponíveis no mercado, não se verifica a necessidade de realização de audiência ou consulta pública prévia.

Ademais, trata-se de contratação de baixa complexidade técnica, sem inovação tecnológica ou impacto significativo que demande a participação ampliada da sociedade ou de agentes do mercado para definição da solução.

Ressalta-se, ainda, que a Administração realizou levantamento de mercado e análise de contratações similares, suficientes para subsidiar a definição adequada do objeto, das especificações técnicas e dos parâmetros de preços, garantindo a observância dos princípios da eficiência, economicidade e competitividade.

Dessa forma, conclui-se pela dispensa da realização de audiência e/ou consulta pública, por não se mostrar necessária ou vantajosa para a presente contratação.

4. Descrição da Solução como um todo

A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para o fornecimento de uniformes e roupa hospitalar, sob demanda, incluindo a confecção, personalização e entrega dos itens, visando atender às necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Brasil Novo/PA e de suas unidades vinculadas.

A contratação será realizada por meio de procedimento licitatório, na modalidade pregão eletrônico, com adoção do Sistema de Registro de Preços, considerando a natureza contínua e a variabilidade da demanda, permitindo à Administração realizar aquisições de forma parcelada, conforme sua necessidade, ao longo da vigência da ata.

A solução contempla o fornecimento de itens padronizados e amplamente disponíveis no mercado, tais como uniformes profissionais e roupa hospitalar, incluindo camisetas, camisas, capotes, batas, lençóis e demais peças correlatas, confeccionados de acordo com especificações técnicas previamente definidas.

Os itens deverão ser produzidos com materiais de qualidade adequada ao uso hospitalar, observando critérios de durabilidade, conforto, resistência e conformidade com normas sanitárias aplicáveis, além de possibilitar a personalização com a identidade visual da Administração.

A execução contratual compreenderá todas as etapas necessárias à plena entrega do objeto, incluindo



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



a confecção dos produtos, aplicação de personalização, embalagem, transporte e entrega nos locais indicados pela Administração, sem ônus adicional.

A solução adotada foi definida com base em levantamento de mercado e análise de contratações similares realizadas por outros entes públicos, tendo sido identificada como a alternativa mais eficiente e economicamente vantajosa para atendimento da demanda, em razão da ampla disponibilidade de fornecedores, padronização dos itens e competitividade do mercado.

Destaca-se que não se mostra necessária a adoção de soluções tecnológicas complexas ou desenvolvimento específico, uma vez que os produtos demandados são de natureza comum, sendo plenamente atendidos por empresas especializadas no ramo de confecção e malharia.

Dessa forma, a solução proposta garante flexibilidade na execução, economicidade na aplicação dos recursos públicos, eficiência na gestão das aquisições e atendimento adequado às necessidades da Administração, assegurando a continuidade e a qualidade dos serviços públicos de saúde prestados à população.

5. Estimativa da quantidade

A estimativa das quantidades a serem adquiridas foi realizada com base no levantamento das necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Brasil Novo/PA e de suas unidades vinculadas, considerando o consumo histórico, a demanda atual dos serviços de saúde e a previsão de utilização ao longo do período de vigência da Ata de Registro de Preços.

Para a definição dos quantitativos, foram considerados os seguintes fatores:

- I – O número de profissionais que atuam nas unidades de saúde e que necessitam de uniformização padronizada;
- II – A rotatividade e desgaste natural dos uniformes em razão do uso contínuo e das frequentes lavagens;
- III – A necessidade de reposição periódica da roupa hospitalar, em virtude das exigências sanitárias e operacionais;
- IV – A ampliação ou manutenção dos serviços de saúde ofertados à população;
- V – A adoção do Sistema de Registro de Preços, que permite aquisições parceladas conforme a efetiva necessidade da Administração.

Ademais, a estimativa foi subsidiada por levantamento de mercado e pesquisa de preços, conforme relatório de cotação constante dos autos, o qual contempla os itens, quantidades e valores estimados, servindo como parâmetro para a definição do quantitativo global da contratação.

Ressalta-se que os quantitativos estimados não obrigam a Administração à aquisição integral dos itens registrados, constituindo-se em mera expectativa de consumo, podendo ser utilizados de forma parcial, de acordo com a conveniência e necessidade do órgão gerenciador e eventuais órgãos participantes.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



Dessa forma, a estimativa das quantidades foi elaborada de maneira criteriosa, visando assegurar o atendimento das demandas institucionais, evitar desabastecimento e, ao mesmo tempo, promover a racionalização dos recursos públicos.

6. Estimativa do valor

A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base em pesquisa de preços realizada em conformidade com os parâmetros estabelecidos pela Instrução Normativa nº 65, de 07 de julho de 2021, bem como com as disposições da Lei nº 14.133/2021.

Para a composição do valor estimado, foram utilizados dados obtidos a partir de contratações públicas similares, extraídos de bases oficiais de compras governamentais, tais como o Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e bancos de preços públicos, assegurando maior confiabilidade e aderência aos valores praticados no mercado.

A metodologia adotada para definição do valor estimado foi a média aritmética dos preços obtidos, conforme demonstrado no relatório de cotação que integra os autos do processo, garantindo maior precisão e mitigação de distorções nos valores analisados.

Com base nos dados coletados e na consolidação das informações, o valor global estimado para a presente contratação é de:

R\$ 240.882,78 (duzentos e quarenta mil, oitocentos e oitenta e dois reais e setenta e oito centavos).

Ressalta-se que o valor estimado tem caráter meramente referencial, não constituindo obrigação de contratação integral por parte da Administração, especialmente em razão da adoção do Sistema de Registro de Preços, que permite a aquisição dos itens de forma parcelada, conforme a necessidade.

Destaca-se, ainda, que a estimativa foi elaborada de forma criteriosa, observando os princípios da economicidade, eficiência e vantajosidade, assegurando que os valores estejam compatíveis com os praticados no mercado e aptos a garantir a competitividade do certame.

Dessa forma, a estimativa do valor da contratação revela-se adequada e suficiente para subsidiar a realização do procedimento licitatório.

7. Justificativa para o parcelamento ou não do objeto

Nos termos do art. 47 da Lei nº 14.133/2021, as contratações deverão, sempre que possível, ser divididas em parcelas, com vistas à ampliação da competitividade, ao melhor aproveitamento do mercado e à obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

No presente caso, verifica-se a viabilidade técnica e econômica do parcelamento do objeto, considerando que os itens a serem adquiridos (uniformes e roupa hospitalar) são independentes entre si, não havendo necessidade de fornecimento conjunto por um único fornecedor para garantir a adequada execução contratual.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



Dessa forma, o objeto será parcelado em itens, permitindo a participação de um maior número de licitantes, inclusive microempresas e empresas de pequeno porte, promovendo a competitividade e atendendo ao disposto na Lei Complementar nº 123/2006.

O parcelamento adotado não compromete a padronização, a qualidade dos produtos ou a eficiência da execução contratual, uma vez que as especificações técnicas serão previamente definidas no Termo de Referência, garantindo uniformidade nos itens fornecidos.

Ademais, a divisão por itens possibilita à Administração maior flexibilidade na gestão das aquisições, permitindo a contratação dos fornecedores que apresentarem as melhores propostas para cada item específico.

Ressalta-se que não se mostra vantajosa a contratação por lote único, tendo em vista que tal prática poderia restringir a competitividade e limitar a participação de fornecedores, em desacordo com os princípios da isonomia e da seleção da proposta mais vantajosa.

Dessa forma, conclui-se que o parcelamento da solução em itens é a alternativa mais adequada, promovendo maior competitividade, eficiência e economicidade na contratação.

8. Contratações Correlatas

Para a plena execução do objeto da presente contratação, não se identificam contratações correlatas ou interdependentes que sejam imprescindíveis à sua viabilidade imediata, uma vez que o fornecimento de uniformes e roupa hospitalar constitui solução autônoma e suficiente para atendimento da demanda apresentada.

Ressalta-se que a presente contratação não depende de outros contratos em vigor para sua execução, tampouco condiciona a eficácia de futuras contratações, podendo ser implementada de forma independente, sem prejuízo à continuidade dos serviços públicos de saúde.

Não obstante, registra-se que o objeto guarda relação indireta com atividades complementares inerentes ao funcionamento das unidades de saúde, tais como serviços de higienização, lavanderia hospitalar e gestão de insumos, os quais contribuem para a adequada utilização e conservação dos materiais adquiridos.

Tais contratações, contudo, possuem natureza distinta e não configuram condição prévia ou indispensável para a execução do objeto ora proposto, sendo geridas de forma independente pela Administração.

Dessa forma, conclui-se que a presente contratação é autônoma, não havendo necessidade de vinculação a outras contratações para sua efetiva implementação, o que reforça sua viabilidade técnica e administrativa.

9. Impactos Ambientais



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



A presente contratação poderá gerar impactos ambientais associados, principalmente, ao processo de fabricação, transporte, utilização e descarte dos uniformes e itens de roupa hospitalar.

No que se refere à produção, destaca-se o consumo de matérias-primas têxteis, utilização de insumos químicos, água e energia, inerentes às atividades de confecção e beneficiamento dos tecidos. Já na fase de utilização, os impactos estão relacionados ao uso contínuo e às sucessivas lavagens dos materiais, exigidas pelas normas sanitárias, o que implica consumo de água, energia e produtos de limpeza.

Quanto ao descarte, os itens, por possuírem vida útil limitada, poderão gerar resíduos têxteis ao final de seu ciclo de utilização, os quais demandam destinação ambientalmente adequada.

Diante disso, a Administração adotará, sempre que possível, critérios e práticas sustentáveis, tais como:

- I – Exigência de materiais de boa qualidade e maior durabilidade, visando reduzir a necessidade de reposições frequentes;
- II – Incentivo à utilização de processos produtivos que observem boas práticas ambientais, com redução de desperdícios e uso racional de recursos naturais;
- III – Priorização de fornecedores que atendam à legislação ambiental vigente;
- IV – Orientação quanto à destinação adequada dos resíduos gerados, quando aplicável.

Ressalta-se que, considerando a natureza do objeto, não se vislumbram impactos ambientais de grande magnitude, sendo os efeitos identificados passíveis de mitigação por meio da adoção de boas práticas de gestão e sustentabilidade.

Dessa forma, conclui-se que a contratação é ambientalmente viável, desde que observadas as medidas mitigadoras indicadas, em consonância com os princípios do desenvolvimento sustentável e da responsabilidade socioambiental previstos na legislação vigente.

10. Resultado Pretendido

A presente contratação tem como resultado pretendido assegurar a adequada estruturação e funcionamento das unidades de saúde vinculadas ao Fundo Municipal de Saúde de Brasil Novo/PA, por meio do fornecimento contínuo, eficiente e padronizado de uniformes e roupa hospitalar.

Busca-se, com a implementação da solução proposta, promover a melhoria da qualidade dos serviços prestados à população, garantindo condições adequadas de higiene, conforto e segurança tanto para os profissionais de saúde quanto para os usuários do Sistema Único de Saúde – SUS.

Pretende-se, ainda, assegurar a padronização visual dos servidores, fortalecendo a identidade institucional e facilitando a identificação dos profissionais no ambiente de atendimento, contribuindo para a organização dos serviços e para o aumento da confiança dos usuários.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



No âmbito operacional, almeja-se garantir o abastecimento regular dos itens necessários, evitando descontinuidade dos serviços em razão da falta de materiais essenciais, bem como otimizar a gestão de estoques por meio da adoção do Sistema de Registro de Preços.

Sob a perspectiva econômica, objetiva-se a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, mediante a promoção da competitividade no certame e a realização de aquisições conforme a real necessidade, evitando desperdícios e assegurando a racional aplicação dos recursos públicos.

Ademais, pretende-se assegurar a conformidade com as normas sanitárias e legais aplicáveis, contribuindo para a manutenção de ambientes seguros e adequados à prestação dos serviços de saúde.

Dessa forma, o resultado pretendido consiste na melhoria contínua da eficiência administrativa, da qualidade do atendimento e das condições operacionais das unidades de saúde, em benefício direto da população atendida.

11. Providências a serem tomadas

Para a adequada implementação da solução proposta e regular condução do procedimento licitatório, deverão ser adotadas as seguintes providências pela Administração:

I – Elaboração dos documentos técnicos:

Formalização do Estudo Técnico Preliminar – ETP e do Termo de Referência, contendo a definição clara do objeto, especificações técnicas, quantitativos estimados e demais condições da contratação.

II – Pesquisa de preços:

Realização de pesquisa de mercado em conformidade com a Instrução Normativa nº 65/2021, visando à obtenção de preços de referência compatíveis com os praticados no mercado.

III – Reserva orçamentária:

Verificação da existência de dotação orçamentária suficiente para suportar as futuras contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços.

IV – Análise jurídica e de controle interno:

Encaminhamento do processo à Assessoria Jurídica e à Controladoria Interna para análise e emissão de parecer quanto à regularidade dos atos praticados.

V – Elaboração e publicação do edital:

Confecção do instrumento convocatório, com posterior publicação nos meios oficiais, assegurando a ampla publicidade e transparência do certame.

VI – Realização do procedimento licitatório:

Condução do pregão eletrônico, com julgamento das propostas, habilitação dos licitantes e demais atos necessários à seleção da proposta mais vantajosa.

VII – Formalização da Ata de Registro de Preços:

Celebração da Ata com os fornecedores vencedores, observadas as condições estabelecidas no edital e na legislação vigente.

VIII – Gestão e fiscalização contratual:

Designação de servidor(es) responsável(is) pela gestão e fiscalização da execução das futuras contratações, assegurando o cumprimento das obrigações pactuadas.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



IX – Planejamento das aquisições:

Definição de cronograma e critérios para emissão das Autorizações de Fornecimento, de modo a atender as demandas das unidades de saúde de forma eficiente e contínua.

Dessa forma, as providências elencadas visam garantir a adequada instrução processual, a regularidade da contratação e a efetiva execução do objeto, em consonância com os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e transparência.

12. Mapa de Risco

Nos termos da Lei nº 14.133/2021, foi realizada a identificação, análise e avaliação dos principais riscos associados à contratação, com o objetivo de mitigar possíveis impactos negativos à execução do objeto e assegurar a eficiência do processo.

Identificação e Análise de Riscos:

Nº	Risco Identificado	Probabilidade	Impacto	Nível de Risco	Medidas de Mitigação
1	Definição inadequada das especificações técnicas	Média	Alto	Alto	Elaboração detalhada do Termo de Referência, com especificações claras e objetivas
2	Pesquisa de preços inconsistente ou defasada	Baixa	Alto	Médio	Utilização de fontes oficiais (PNCP, Banco de Preços) e metodologia conforme IN nº 65/2021
3	Baixa competitividade no certame	Baixa	Médio	Baixo	Ampla divulgação do edital e parcelamento do objeto em itens
4	Atraso na entrega dos produtos	Média	Alto	Alto	Estabelecimento de prazos claros, aplicação de penalidades e acompanhamento pela fiscalização
5	Fornecimento de produtos em desconformidade com as especificações	Média	Alto	Alto	Exigência de padrões de qualidade, possibilidade de apresentação de amostras e fiscalização rigorosa



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



6	Inexecução contratual total ou parcial	Baixa	Alto	Médio	Previsão de sanções administrativas e possibilidade de convocação de remanescentes
7	Problemas na gestão e fiscalização do contrato	Baixa	Médio	Baixo	Designação formal de fiscal e gestor do contrato, com acompanhamento contínuo
8	Oscilação de preços durante a vigência da ata	Média	Médio	Médio	Utilização do Sistema de Registro de Preços e previsão de reequilíbrio econômico-financeiro
9	Entrega em locais incorretos ou divergentes	Baixa	Médio	Baixo	Definição clara dos locais de entrega e comunicação formal via Autorização de Fornecimento
10	Recebimento de produtos com baixa durabilidade	Média	Médio	Médio	Exigência de padrões mínimos de qualidade e previsão de garantia e substituição

Gestão de Riscos

A gestão dos riscos será realizada de forma contínua ao longo de todo o processo de contratação, desde a fase de planejamento até a execução contratual, cabendo à Administração adotar medidas preventivas e corretivas sempre que necessário.

Os riscos identificados serão monitorados pela equipe responsável pela condução do certame e pela fiscalização contratual, podendo ser reavaliados e atualizados conforme a evolução do processo e da execução do objeto.

Dessa forma, o gerenciamento de riscos contribui para a redução de incertezas, aumento da segurança jurídica e melhoria da eficiência na contratação pública.

13. Viabilidade da Contratação

Com base nas análises realizadas ao longo do presente Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação pretendida se mostra **plenamente viável sob os aspectos técnico, econômico, operacional e ambiental**, atendendo de forma adequada às necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Brasil Novo/PA.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



Do ponto de vista técnico, restou evidenciado que os bens a serem adquiridos são de natureza comum, amplamente disponíveis no mercado, com especificações passíveis de definição objetiva, não havendo impedimentos à sua contratação por meio de procedimento licitatório na modalidade pregão eletrônico.

Sob o aspecto econômico, a solução proposta demonstra-se vantajosa para a Administração, uma vez que a estimativa de preços foi elaborada com base em parâmetros confiáveis, compatíveis com os valores praticados no mercado, assegurando a adequada aplicação dos recursos públicos.

No âmbito operacional, a adoção do Sistema de Registro de Preços revela-se a alternativa mais eficiente, considerando a natureza contínua e a variabilidade da demanda, permitindo aquisições parceladas conforme a necessidade, evitando desperdícios e garantindo maior flexibilidade na gestão dos estoques.

Quanto aos aspectos ambientais, verificou-se que os impactos decorrentes da contratação são limitados e passíveis de mitigação mediante a adoção de boas práticas de sustentabilidade, não havendo óbices à sua realização.

Ademais, foram identificados e analisados os principais riscos inerentes à contratação, sendo estabelecidas medidas de mitigação adequadas, o que contribui para a segurança jurídica e eficiência do processo.

Dessa forma, conclui-se pela **viabilidade da contratação**, recomendando-se o prosseguimento do feito, com a elaboração do Termo de Referência e demais atos necessários à realização do procedimento licitatório, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Por fim, declara-se que a solução proposta atende ao interesse público, estando alinhada aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade e planejamento, assegurando a adequada prestação dos serviços de saúde à população.

Brasil Novo/PA, 16 de abril de 2026.

ELYSSON LEONARDE KLOSS

Secretário Municipal de Saúde
Decreto nº 005/2025

ALEXSANDRO SANTANA PEREIRA

Setor de Compras
Matrícula 131140-9



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA

O Fundo Municipal de Saúde de Brasil Novo

PREGÃO ELETRÔNICO SRP N°/2026

Abertura:.../.../2026

Horário:h min

Objeto:.....

Identificação da empresa (Razão Social/Endereço/Município/Estado) Telefone: _____

Email: _____ Conta Corrente n° _____ Agência n° _____ Banco: _____

Identificação do responsável legal da empresa: _____ CPF: _____

RG: _____

Encaminhamos a esta Comissão Permanente de Licitação/CPL, nossa Proposta de Preços, referente à licitação em epígrafe, objetivando a Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresas para fornecimento de uniformes e rouparia hospitalar, sob demanda, incluindo a confecção, personalização e entrega dos itens, destinados ao atendimento das necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Brasil Novo/PA e de suas unidades vinculadas, tudo conforme Termo de Referência, ANEXO I deste Edital.

DO OBJETO:

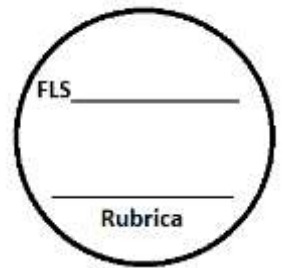
ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	UND	Marca	QTD	Valor Unit.	Valor Total
VALOR TOTAL						

Nossa proposta tem o preço global fixado em: **R\$**).

O prazo de entrega: Os bens deverão ser entregues no prazo de 60 (sessenta) dias corridos, a contar da solicitação (ordem de compra, nota de empenho, autorização de fornecimento), no endereço informado e serão recebidos em caráter provisório para avaliação de conformidade dos produtos



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



conforme este termo de referência.

O prazo de validade da proposta será de **60 (sessenta) dias** corridos, contados a partir da apresentação desta proposta.

DECLARAMOS que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência.

DECLARAMOS que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, fretes, seguros, taxas, ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.

Local, _____ de _____ de _____

Nome e assinatura do Representante Legal



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42

ANEXO III

(MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA)

O Fundo Municipal de Saúde de Brasil novo
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº /2026
Abertura:/.../2026
Horário:h. ... min.

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresas para fornecimento de uniformes e roupa hospitalar, sob demanda, incluindo a confecção, personalização e entrega dos itens, destinados ao atendimento das necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Brasil Novo/PA e de suas unidades vinculadas, tudo conforme Termo de Referência, ANEXO I deste Edital.

A empresa _____, inscrita no CNPJ Nº _____, sediada no(a) _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador (a) do RG nº _____ e CPF Nº _____, **para os fins de direito**, especificamente para participação desta licitação, o que se segue:

DECLARA, sob as penas da Lei e a quem interessar que, em obediência aos dispositivos legais transcritos no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal e atendendo a exigências editalícias do presente certame, não possui em seu quadro de funcionários menores de 18 (dezoito) anos trabalhando em horário noturno ou em ambiente perigoso ou insalubre, ou menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho.

DECLARA que até a presente data inexistem fatos impeditivos para habilitação, bem como não nos encontramos em estado de Inidoneidade declarado ou suspensivo, por nenhum órgão da administração pública Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, e que não estamos sujeitos a qualquer impedimento legal para licitar ou contratar com O Fundo Municipal de Saúde de Brasil Novo, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

DECLARA que a proposta apresentada para participar desta licitação foi elaborada de maneira independente e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial, por qualquer meio ou por qualquer pessoa.

DECLARA, sob as penas da lei, que não possui vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

DECLARA ainda que a “Falsidade da declaração prestada objetivando benefícios na presente



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42

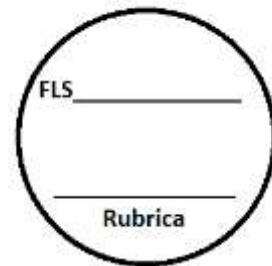
licitação caracterizará o crime de que trata no Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na Lei 14.133/21”.

Local e data

Nome e assinatura do Representante Legal/ CNPJ DA EMPRESA



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



ANEXO IV

(Modelo de DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE LC 123/06).

O Fundo Municipal de Saúde de Brasil Novo

PREGÃO ELETRÔNICO SRP N° /2026

Abertura:/...../2026

Horário:h... min.

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresas para fornecimento de uniformes e rouparia hospitalar, sob demanda, incluindo a confecção, personalização e entrega dos itens, destinados ao atendimento das necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Brasil Novo/PA e de suas unidades vinculadas, tudo conforme Termo de Referência, ANEXO I deste Edital.

A Empresa_____inscrita no CNPJ n°_____, pessoa jurídica de direitos privados, sediada à Rua_____Município de_____, por intermédio de seu representante legal Sr. _____ portador da Carteira de Identidade n° _____ e do CPF n°_____. **DECLARA**, para fins do disposto no Edital do Pregão Eletrônico acima citado sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, beneficiará do Tratamento diferenciado e favorecido estabelecido por Lei, sendo considerada:

() **MICROEMPRESA**, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar n°. 123/2006;

() **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar n°. 123/2006.

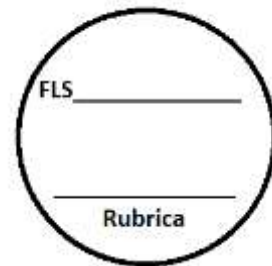
DECLARA AINDA não possuir nenhum dos impedimentos previstos no § 4º, do art. 3º, da Lei Complementar n°. 123, de 14 de dezembro de 2006 estando apto a usufruir do tratamento diferenciado. E tem ciência de que a “Falsidade da declaração prestada objetivando benefícios na presente licitação caracterizará o crime de que trata no Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na Lei 14.133/2021.

(Local e data)

Nome e assinatura do Representante Legal/ CNPJ DA EMPRESA



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



ANEXO V DECLARAÇÃO ANTICORRUPÇÃO

A empresa (NOME DA EMPRESA), por seu Representante legalmente constituído, DECLARA, sob as penas da lei que:

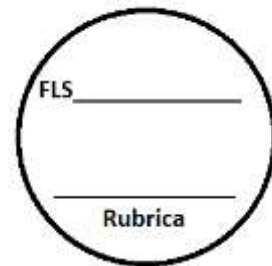
- a) Está ciente, conhece e entende os termos das leis anticorrupção brasileiras (Lei Federal nº 12.846/2013) ou de quaisquer outras aplicáveis sobre o objeto do presente contrato, comprometendo-se a abster-se de qualquer atividade que constitua uma violação das disposições destas Regras Anticorrupção, por si e por seus administradores, diretores, funcionários e agentes, bem como seus sócios que venham a agir em seu nome.
- b) Se obriga a conduzir suas práticas comerciais, durante a consecução do presente Contrato, de forma ética e em conformidade com os preceitos legais aplicáveis.
- c) Na execução deste Contrato, nem a empresa nem qualquer de seus diretores, empregados, agentes ou sócios agindo em seu nome, devem dar, oferecer, pagar, prometer pagar, ou autorizar o pagamento de, direta ou indiretamente, qualquer dinheiro ou qualquer coisa de valor a qualquer autoridade governamental, consultores, representantes, parceiros, ou quaisquer terceiros, com a finalidade de influenciar qualquer ato ou decisão do agente ou do governo, ou para assegurar qualquer vantagem indevida, ou direcionar negócios para, qualquer pessoa, e que violem as Regras Anticorrupção
- d) A empresa, por si e por seus administradores, diretores, empregados, agentes, proprietários e acionistas que atuam em seu nome, concorda que contratada ou sua cliente final terão o direito de realizar procedimento de auditoria para certificar-se da conformidade contínua com as declarações e garantias dadas neste ato, mediante notificação prévia, e que deve cooperar plenamente em qualquer auditoria realizada nos termos desta Declaração.
- e) Declara neste ato que: (a) não violou, viola ou violará as Regras Anticorrupção; (b) tem ciência que qualquer atividade que viole as Regras Anticorrupção é proibida e que conhece as consequências possíveis de tal violação, inclusive a possibilidade de rescisão motivada imediata do presente contratual, independentemente de qualquer notificação, observadas as penalidades devidas.

Local e data

Assinatura do representante legal ou procurador



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



ANEXO VI
DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS

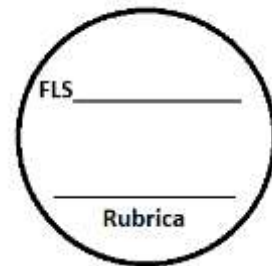
A Empresa.....(nome da empresa licitante)...., inscrita no CNPJ/MF sob o n.º.....sediada.....(endereço completo)....., declara, para os devidos fins, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro que atende à reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

Local e data

Nome e assinatura do Representante Legal
CNPJ DA EMPRESA



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



ANEXO VII

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS SRP N° XXX/2026 FMS
PREGÃO ELETRÔNICO N° XXX/2026 FMS

No dia XXXXX do mês de XXXXXX do ano de 2026 compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 11.283.607/0001-42, com sede administrativa localizada na Travessa 28 de Abril nº 1175, BAIRRO: Centro, na cidade de Brasil Novo/PA, representado pelo Secretário Municipal de Saúde, o Sr(a) ELYSSON LEONARDE KLOSS inscrito no cpf sob o nº 908.571.782-53, doravante denominada CONTRATANTE, e a(s) empresa(s) abaixo qualificada(s), doravante denominado FORNECEDOR, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº XXX/2026 FMS, Processo Administrativo nº XXX/2026 FMS que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e Decreto Municipal 688/2024, em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresas para fornecimento de uniformes e rouparia hospitalar, sob demanda, incluindo a confecção, personalização e entrega dos itens, destinados ao atendimento das necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Brasil Novo/PA e de suas unidades vinculadas, de acordo com os quantitativos estimados, conforme condições fixadas no termo de referência em anexo, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ITEM	DESCRIÇÃO	Unidade de medida	Quantidade	Marca	Valor Unit.	Valor Total
1	xxxxxx	xxxx	xxxx	xxx	R\$ xxxx	R\$ xxxxxx
2	xxxxxx	xxxx	xxxx	xxx	R\$ xxxx	R\$ xxxxxx
3	xxxxxx	xxxx	xxxx	xxx	R\$ xxxx	R\$ xxxxxx
VALOR TOTAL						R\$ xxxxxx

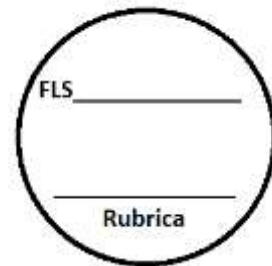
2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

- 3.1. O órgão gerenciador será o Fundo Municipal de Saúde de Brasil Novo;
3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



4. DA ADESAO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos obrigatórios:

4.1.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da data de sua, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

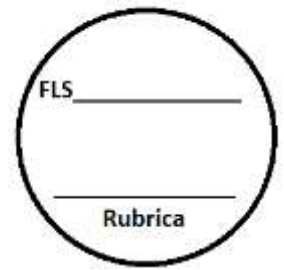
5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 4.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 4.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 4.4.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 8.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo 3 (três) dias úteis e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

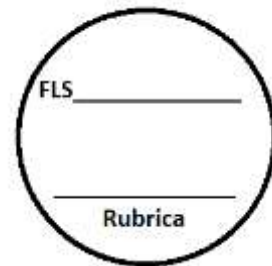
5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 4.7, observando o item 4.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 4.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

6.1.3.3. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

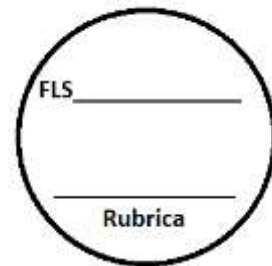
7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 4.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 6.2 e no item 6.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

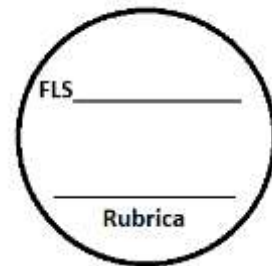
8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 7.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta.

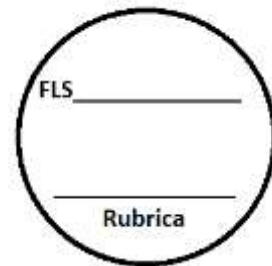
10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do



**ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42**



fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, Anexo ao Edital.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

11.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Brasi Novo/PA para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

11.4. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (quando houver).

Brasil Novo/PA, xxxx de xxxxxxxx de 2026.

Empresa
CNPJ:
Fornecedor

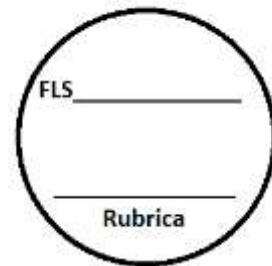
Secretário Municipal de Saúde
Fundo Municipal de Saúde
Contratante

Testemunha

Testemunha



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



APÊNDICE DO ANEXO VII

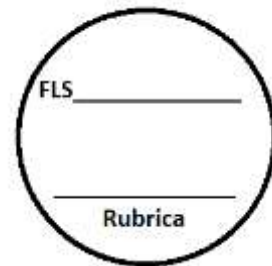
CADASTRO RESERVA

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

ITEM	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Unidade	Quantidade	Valor Unit.
1					
2					
3					



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



ANEXO VIII

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO n° XXX/2026 FMS.
PREGÃO ELETRÔNICO SRP N° XXX/2026 FMS

CONTRATO ADMINISTRATIVO
QUE FAZEM ENTRE SI O FUNDO
MUNICIPAL DE SAÚDE DE
BRASIL NOVO E A EMPRESA
....., CNPJ:
.....
.....

I. PARTES

CONTRATANTE

O **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BRASIL NOVO**, Fundo público da administração direta municipal, inscrito no CNPJ n°. 11.283.607/0001-42 com sede à Trav. 28 de Abril n° 1175, Centro, CEP: 68.148-000, Brasil Novo (PA), doravante simplesmente denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Sr. Elysson Leonarde Kloss, Secretário Municipal de Saúde.

CONTRATADA

_____ (Nome da Empresa), _____ (Natureza Jurídica), com sede _____ (endereço), _____ (contato), inscrita no CNPJ sob o n° _____, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu _____ (Representante Legal), _____ (nacionalidade), _____ (estado civil), _____ (profissão), portador do RG n.º _____ e do CPF n.º _____, residente e domiciliado à _____.

II. DISPOSIÇÕES CONTRATUAIS

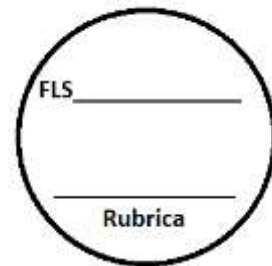
Resolvem celebrar o presente contrato, decorrente de licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO SRP N° XX/XXXX FMS**, conforme descrito no Edital e seus Anexos, que se regerá pela Lei n.º 14.133/2021, de 01 de Abril de 2021 e demais legislações aplicáveis, mediante as condições expressas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é contratação de empresas para fornecimento de uniformes e roupa hospitalar, sob demanda, incluindo a confecção, personalização e entrega dos itens, destinados ao atendimento das necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Brasil Novo/PA e de



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



suas unidades vinculadas, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO	Unidade de medida	Quantidade	Marca	Valor Unit.	Valor Total
1	xxxxx	xxxx	xxxx	xxx	R\$ xxxx	R\$ xxxxx
VALOR TOTAL						R\$ xxxxx

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato, período suficiente para o cumprimento das obrigações contratuais, incluindo o fornecimento dos bens, recebimento definitivo e demais providências correlatas.

2.2. O prazo de vigência poderá ser prorrogado, desde que devidamente justificado e demonstrada a vantajosidade para a Administração, nos termos da Lei nº 14.133/2021, mediante celebração de termo aditivo.

2.3. A prorrogação de que trata este item ficará condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, sendo permitida a negociação com o contratado.

2.4. O contratado não possui direito subjetivo à prorrogação contratual, a qual dependerá exclusivamente do interesse público devidamente motivado.

2.5. O contrato não poderá ser prorrogado caso o contratado esteja sujeito a sanção de impedimento de licitar e contratar ou declaração de inidoneidade, observada a abrangência da penalidade.

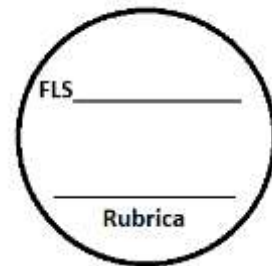
3. CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. A execução do objeto dar-se-á mediante o fornecimento parcelado de uniformes e rouparia hospitalar, sob demanda, conforme as necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Brasil Novo/PA e de suas unidades vinculadas, durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

3.2. O fornecimento será formalizado por meio da emissão de Nota de Empenho e/ou Ordem de Fornecimento (Autorização de Fornecimento – AF), expedida pelo setor competente, na qual constarão os itens, quantitativos, especificações, prazos e locais de entrega.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



3.3. A execução contratual compreenderá todas as etapas necessárias à plena entrega do objeto, incluindo:

I – Confecção dos produtos, conforme especificações técnicas, tamanhos e características definidas pela Administração;

II – Personalização dos itens, com aplicação de logomarcas, inscrições ou elementos institucionais, conforme padrão previamente definido;

III – Embalagem adequada, visando preservar a integridade dos produtos durante o transporte e armazenamento;

IV – Transporte, carga, descarga e entrega nos locais indicados pela Administração, sem ônus adicional;

V – Substituição de produtos em desconformidade, quando constatadas falhas, defeitos ou divergência em relação às especificações estabelecidas.

3.4. A contratada deverá observar rigorosamente os prazos estabelecidos para entrega, bem como as condições técnicas e de qualidade exigidas neste Termo de Referência, responsabilizando-se integralmente por eventuais atrasos, falhas ou irregularidades.

3.5. Os produtos deverão ser entregues novos, em perfeitas condições de uso, devidamente confeccionados e personalizados, atendendo integralmente às especificações técnicas, sendo vedado o fornecimento de itens fora dos padrões estabelecidos.

3.6. A contratada deverá manter controle adequado da produção e do fornecimento, garantindo a rastreabilidade dos itens e a padronização dos produtos entregues ao longo da execução contratual.

3.7. A execução do objeto não gera obrigação de aquisição da totalidade dos quantitativos estimados, tratando-se de mera expectativa de consumo, podendo a Administração realizar as aquisições conforme sua conveniência e necessidade.

3.8. A contratada deverá indicar preposto responsável, que atuará como interlocutor junto à Administração, garantindo agilidade na comunicação e no atendimento das demandas.

3.9. Eventuais irregularidades constatadas durante a execução deverão ser imediatamente sanadas pela contratada, no prazo estabelecido pela Administração, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

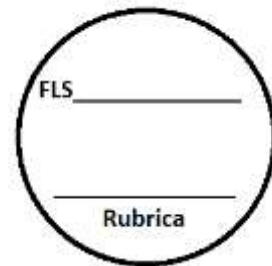
3.10. A execução do objeto deverá observar os princípios da eficiência, economicidade, qualidade, continuidade do serviço público e interesse público, assegurando o atendimento adequado das demandas institucionais.

3.5. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

3.5.1. Forma de Execução



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



O objeto será executado sob o regime de fornecimento parcelado, sob demanda, conforme as necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Brasil Novo/PA e de suas unidades vinculadas, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, que será de 12 (doze) meses.

A contratação não implica obrigação de aquisição da totalidade dos quantitativos estimados, constituindo-se estes em mera expectativa de consumo, podendo a Administração realizar as aquisições de acordo com sua conveniência, necessidade e disponibilidade orçamentária.

Tal modelo visa assegurar maior flexibilidade administrativa, otimização da gestão de estoques e racionalização dos recursos públicos.

3.5.2. Emissão da Ordem de Fornecimento

O fornecimento dos itens será formalizado mediante:

- emissão de Nota de Empenho; e/ou
- emissão de Ordem de Fornecimento (Autorização de Fornecimento – AF), expedida pelo setor competente.

A contratada deverá confirmar o recebimento da solicitação no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do envio pela Administração.

A ausência de manifestação no prazo estipulado não exime a contratada do cumprimento da obrigação, sendo considerada automaticamente recebida a solicitação para fins de contagem de prazo.

3.5.3. Prazo de Entrega

Os produtos deverão ser entregues no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento ou Nota de Empenho.

O prazo estabelecido poderá ser prorrogado, de forma excepcional, mediante solicitação devidamente justificada pela contratada e desde que aceita pela Administração, não podendo comprometer a continuidade dos serviços públicos.

O descumprimento injustificado dos prazos poderá ensejar a aplicação das sanções administrativas cabíveis.

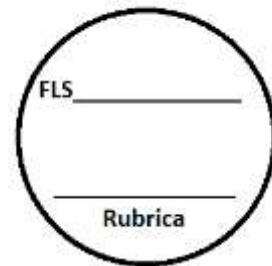
3.5.4. Local de Entrega

A entrega dos produtos deverá ser realizada em local previamente indicado pelo Fundo Municipal de Saúde de Brasil Novo/PA, podendo ocorrer de forma centralizada ou descentralizada, conforme a necessidade das unidades vinculadas.

As entregas deverão ocorrer em horário de expediente, mediante agendamento prévio com o setor competente.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



Todas as despesas relacionadas ao fornecimento, incluindo transporte, carga, descarga, seguro e demais encargos logísticos, correrão exclusivamente por conta da contratada.

3.5.5. Condições de Entrega

Os produtos fornecidos deverão atender, cumulativamente, às seguintes condições:

- estar devidamente acondicionados e embalados, de forma a garantir sua integridade durante o transporte e armazenamento;
- apresentar identificação do fabricante, lote ou referência, quando aplicável;
- estar em perfeitas condições de uso, livres de defeitos, avarias ou imperfeições;
- atender integralmente às especificações técnicas constantes neste Termo de Referência;
- estar devidamente confeccionados e personalizados, conforme solicitado pela Administração.

Não serão aceitos produtos que:

- apresentem sinais de dano, desgaste, contaminação ou uso prévio;
- estejam em desacordo com as especificações técnicas exigidas;
- apresentem falhas de acabamento, costura, personalização ou qualidade;
- não atendam aos padrões mínimos exigidos para uso hospitalar.

3.5.6. Recebimento

O recebimento dos produtos ocorrerá em duas etapas, nos termos da legislação vigente:

a) Recebimento Provisório:

realizado no ato da entrega, para verificação quantitativa dos itens e das condições aparentes dos produtos;

b) Recebimento Definitivo:

realizado após a verificação detalhada da conformidade qualitativa dos produtos com as especificações técnicas estabelecidas, no prazo máximo de até 15 (quinze) dias.

Os produtos que não atenderem às condições exigidas serão recusados, no todo ou em parte, devendo a contratada proceder à substituição no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

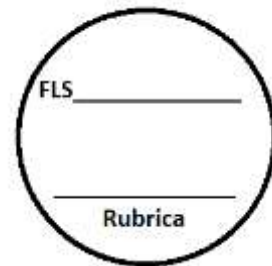
O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da contratada quanto à qualidade, durabilidade e adequação dos produtos fornecidos.

3.6. Fiscalização

3.6.1. A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por servidor(es) formalmente designado(s) pela Administração, nos termos da Lei nº 14.133/2021, ao(s) qual(is) competirá:



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



- verificar a conformidade dos produtos entregues com as especificações técnicas;
- acompanhar o cumprimento dos prazos e condições de entrega;
- registrar ocorrências, falhas ou irregularidades na execução contratual;
- comunicar formalmente à contratada, eventuais inconformidades;
- atestar as notas fiscais para fins de pagamento;
- adotar as providências necessárias à regularização de eventuais inconsistências.

3.6.2. A fiscalização exercida pela Administração não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada quanto à execução do objeto, permanecendo esta responsável por quaisquer irregularidades ou danos decorrentes do fornecimento.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

15.1. O valor total do presente contrato é de R\$ _____ (_____), correspondente ao fornecimento integral dos bens descritos neste instrumento, conforme proposta vencedora e especificações constantes do Termo de Referência e do edital do Pregão Eletrônico SRP nº ____/2026.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1. São obrigações do Contratante:

7.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

7.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

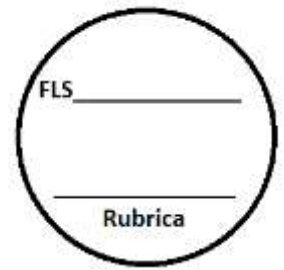
7.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

7.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

7.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



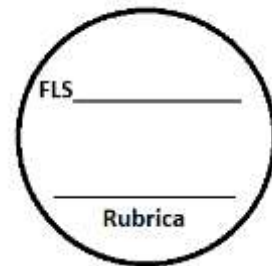
- 7.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 7.8. Cientificar o órgão de representação judicial municipal para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 7.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 7.10. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 7.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 7.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 8.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 8.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 8.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 8.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 8.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 8.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 8.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 8.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 8.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 8.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

8.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

8.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

8.13. Sempre que solicitado pela Contratante, comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

8.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

8.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133, de 2021.

8.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

9. CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA CONTRATUAL

9.1. Os bens fornecidos deverão ser novos, de primeiro uso, e possuir garantia contra defeitos de fabricação, vícios de qualidade ou inadequação ao uso a que se destinam, nos termos do Código de Defesa do Consumidor e da legislação aplicável.

9.2. A garantia mínima será de 90 (noventa) dias, contados a partir do recebimento definitivo dos produtos pela Administração, sem prejuízo de prazo superior eventualmente oferecido pelo fabricante ou pela contratada.

9.3. Durante o período de garantia, a contratada deverá assegurar a plena qualidade dos produtos fornecidos, responsabilizando-se pela correção de quaisquer defeitos, falhas ou desconformidades identificadas.

9.4. Constatado vício, defeito ou inadequação dos produtos às especificações estabelecidas neste Termo de Referência, a contratada deverá proceder à substituição integral dos itens, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação formal da Administração, sem qualquer ônus adicional.

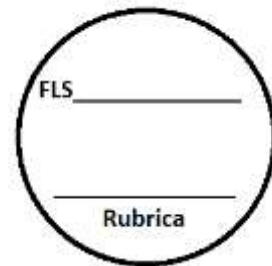
9.5. A substituição deverá abranger, quando necessário, a retirada do produto defeituoso, transporte, nova entrega e quaisquer demais custos envolvidos, sendo vedada a cobrança de valores adicionais.

9.6. Os produtos substituídos deverão atender integralmente às especificações técnicas exigidas, não sendo admitida a reapresentação de itens anteriormente rejeitados.

9.7. O recebimento definitivo não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada quanto à qualidade, durabilidade e adequação dos bens fornecidos, permanecendo a responsabilidade durante todo o período de garantia.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



9.8. A inobservância das condições de garantia poderá ensejar a aplicação das penalidades previstas na legislação vigente e no instrumento convocatório, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

Dessa forma, a garantia contratual visa assegurar a qualidade dos bens fornecidos, a proteção do interesse público e a adequada execução contratual.

10. Requisitos de Sustentabilidade

10.1. A contratação deverá observar, sempre que possível, critérios e práticas sustentáveis, em consonância com os princípios do desenvolvimento sustentável previstos na Lei nº 14.133/2021, especialmente no que se refere à redução de impactos ambientais e ao uso racional de recursos naturais.

10.2. Os produtos fornecidos deverão ser confeccionados com materiais que apresentem qualidade, durabilidade e resistência adequadas, de modo a reduzir a necessidade de reposição frequente e, consequentemente, minimizar a geração de resíduos.

10.3. A contratada deverá adotar, no processo produtivo, práticas que priorizem:

- I – o uso eficiente de matérias-primas, energia e recursos hídricos;
- II – a redução de desperdícios e resíduos sólidos;
- III – a utilização de insumos que causem menor impacto ambiental, sempre que tecnicamente viável;
- IV – o cumprimento da legislação ambiental vigente.

10.4. Sempre que aplicável, os produtos deverão atender às normas técnicas e certificações ambientais pertinentes, podendo a Administração exigir comprovação por meio de documentação idônea.

10.5. A contratada deverá assegurar que os processos de fabricação, transporte e entrega dos produtos sejam realizados de forma a minimizar impactos ambientais, adotando medidas de controle e mitigação.

10.6. Recomenda-se que, ao final da vida útil dos produtos, seja observada a destinação ambientalmente adequada dos resíduos, em conformidade com a legislação vigente e boas práticas de sustentabilidade.

10.7. A Administração poderá, sempre que entender necessário, adotar critérios adicionais de sustentabilidade na contratação, desde que devidamente justificados e compatíveis com o objeto.

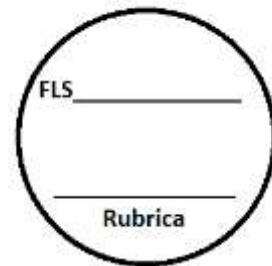
Dessa forma, os requisitos de sustentabilidade visam assegurar que a contratação seja realizada de maneira responsável, equilibrando a eficiência administrativa com a preservação ambiental e o interesse público.

11. Especificação dos Produtos

11.1. Os produtos a serem fornecidos deverão atender integralmente às especificações técnicas, padrões de qualidade e condições estabelecidas neste Termo de Referência, sendo destinados ao uso



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



nas atividades administrativas, operacionais e assistenciais do Fundo Municipal de Saúde de Brasil Novo/PA e de suas unidades vinculadas.

11.2. Considerando a natureza do objeto, os uniformes e itens de rouparia hospitalar deverão ser confeccionados com materiais adequados ao uso contínuo, observando critérios de durabilidade, conforto, resistência, ergonomia e conformidade com as normas sanitárias aplicáveis.

11.3. Requisitos Gerais dos Produtos

Todos os itens deverão:

- I – Ser novos, de primeiro uso, não sendo admitidos produtos recondicionados, reutilizados ou fora das especificações;
- II – Possuir qualidade compatível com os padrões usuais de mercado, assegurando desempenho adequado às finalidades institucionais;
- III – Ser confeccionados com tecidos apropriados ao uso hospitalar e profissional, com resistência a lavagens frequentes, boa durabilidade e conforto térmico;
- IV – Apresentar acabamento adequado, com costuras firmes, reforçadas e bem finalizadas, sem defeitos de fabricação;
- V – Atender às especificações técnicas de tamanho, cor, modelagem e composição, conforme definido pela Administração;
- VI – Possibilitar a personalização com identidade visual institucional, incluindo logotipos, inscrições ou símbolos, por meio de técnicas como bordado, silk screen ou sublimação;
- VII – Ser entregues devidamente embalados, protegidos contra danos, sujeira ou contaminação durante o transporte e armazenamento;
- VIII – Estar em conformidade com as normas técnicas aplicáveis, quando houver, incluindo padrões da ABNT, INMETRO ou equivalentes;
- IX – Não apresentar defeitos, imperfeições, manchas, rasgos, descolorações ou qualquer outro vício de qualidade;
- X – Possuir características compatíveis com o uso hospitalar, garantindo segurança, higiene e funcionalidade.

11.4. Especificações Técnicas dos Itens

Os itens deverão observar, conforme o caso, as seguintes características técnicas:

- Uniformes profissionais (camisas, camisetas, jalecos, coletes, macacões, entre outros):

confeccionados em tecidos adequados ao uso contínuo, com boa respirabilidade, resistência e conforto, devendo permitir mobilidade ao usuário e apresentar durabilidade compatível com a rotina de trabalho.

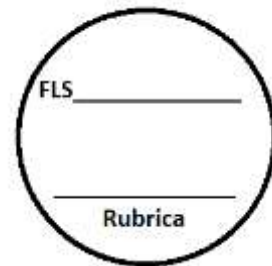
- Rouparia hospitalar (lençóis, capotes, batas, kits pediátricos, entre outros):

confeccionados em tecidos de fácil higienização, resistentes a lavagens frequentes, com acabamento adequado e dimensões compatíveis com o uso hospitalar.

Itens personalizados:



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



deverão conter logomarcas, inscrições ou elementos visuais definidos pela Administração, respeitando proporção, cores e padrões institucionais.

- Tamanhos:

deverão atender às variações solicitadas pela Administração, abrangendo, no mínimo, as numerações padrão (PP, P, M, G, GG, XG ou equivalentes).

11.5. Padrão de Qualidade

Os produtos deverão apresentar padrão de qualidade elevado, compatível com o uso intensivo em ambiente hospitalar, garantindo:

resistência ao desgaste;

manutenção das características após lavagens sucessivas;

conforto e ergonomia;

segurança no uso;

boa apresentação visual.

11.6. Critérios de Aceitação

Serão aceitos apenas os produtos que atenderem integralmente às especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.

A Administração poderá:

- I - Rejeitar itens em desconformidade;
- II - Solicitar substituição;
- III - Exigir adequações;
- IV - Aplicar sanções, quando cabível.

Dessa forma, as especificações estabelecidas visam assegurar a aquisição de produtos com qualidade adequada, compatíveis com as necessidades institucionais e aptos a garantir a eficiência, segurança e continuidade dos serviços públicos de saúde.

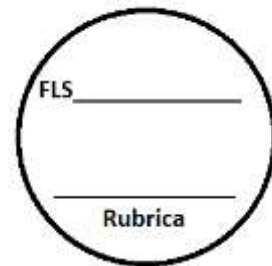
12. CLÁUSULA DÉCIMA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021);

IV. Multa:

- a) Moratória de 1% (um por cento), por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.
- b) O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- c) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 3% a 5% do valor do Contrato.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

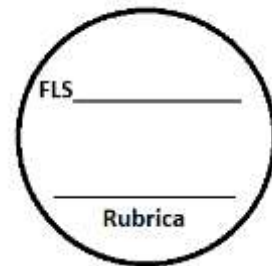
12.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



12.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

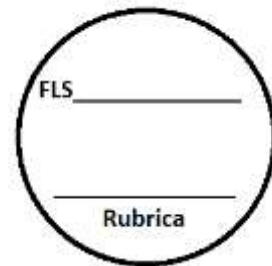
12.14 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

13. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, se cumpridas as obrigações de ambas as partes contraentes.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.6. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.7. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.8. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.9. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.10. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.11. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.12. Indenizações e multas.

13.14. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

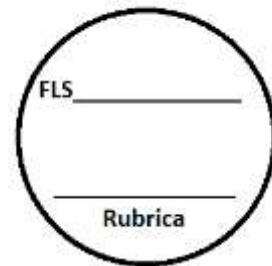
13.15. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

14. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na Lei Orçamentária deste exercício, nas dotações abaixo discriminadas:



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



ORGÃO: 12 - Fundo Municipal de Saúde

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 1201 - Fundo Municipal de Saúde de Brasil Novo

PROJETO/ATIVIDADE: 10.301.0202 2.005 Manutenção do Programa Saúde na Escola;

PROJETO/ATIVIDADE: 10.301.0202 2.006 Manutenção do Programa Agentes Comunitário de Saúde-PACS;

PROJETO/ATIVIDADE: 10.301.0202 2.007 Piso Atenção Primária-PAP;

PROJETO/ATIVIDADE: 10.301.0202 2.010 Manutenção do PAB Estadual;

PROJETO/ATIVIDADE: 10.301.0202 2.011 Programa Melhor em Casa

PROJETO/ATIVIDADE: 10.301.0202 2.012 Equipe Multidisciplinar EMAD;

PROJETO/ATIVIDADE: 10.301.0238 2.017 Manutenção do Centro de Atendimento Psicossocial-CAPS;

PROJETO/ATIVIDADE: 10.302.0238 2.019 Manutenção das Atividades do SAMU;

PROJETO/ATIVIDADE: 10.302.0238 2.020 Manutenção da Média Complexidade;

PROJETO/ATIVIDADE: 10.304.0235 2.021 Manutenção da Vigilância Sanitária;

PROJETO/ATIVIDADE: 10.305.0235 2.022 Manutenção da Vigilância em Saúde.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 1202 - Secretaria Municipal de Saúde de Brasil Novo

PROJETO/ATIVIDADE: 10.122.0004 2.023 Manutenção da secretaria Municipal de Saúde;

PROJETO/ATIVIDADE: 10.125.0004 2.024 Manutenção do Conselho Municipal de Saúde.

Classificação econômica: 3.3.90.30.00 Material de Consumo;

15. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42

FLS _____

Rubrica

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

17.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. caput, 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

18.1. As questões decorrentes da execução deste Instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Brasil Novo/PA, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Brasil Novo/PA, de de 2026.

xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
Secretário(a) Municipal de
CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CNPJ:XXXXXXXXXX
CONTRATADA

TESTEMUNHAS: